



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

DIRECÇÃO NACIONAL DE ÁGUAS

**Relatório Anual de Avaliação do
Desempenho do Sector de Águas
2012**

Maputo, Março de 2013

ÍNDICE

SUMÁRIO (Por actualizar)	2
1. INTRODUÇÃO.....	5
2. ANÁLISE DOS INDICADORES.....	6
2.2 Indicadores dourados do sector.....	7
2.3 Actidades realizadas no âmbito do SINAS.....	21
2.4 Assuntos chave e recomendações	22
3. QUADRO INSTITUCIONAL DO SECTOR DE ÁGUAS.....	24
4. EXECUÇÃO FINANCEIRA DO SECTOR.....	28
4.1 Gestão de finanças públicas	28
4.2 Execução financeira 2011	28
4.6 Assuntos chave e recomendações	34
5. REVISÃO SECTORIAL CONJUNTA.....	35
5.1 Enquadramento no mecanismo nacional de revisão conjunta	35
5.2 Estágio de implementação das recomendações de 2012.....	36

SUMÁRIO

Metas do QAD 2012 para o Sector de Águas

O Sector de Águas teve 19.306 fontes operacionais em todo país, contra as 18.457 planificadas no QAD 2012, enquanto no saneamento houve a construção de 19.060 novas infra-estruturas de saneamento, contra as 56.600 planificadas no QAD 2012. Os seus desempenhos foram considerados excelente e insuficiente, respectivamente. O indicador do produto “Número de fontes de água dispersas operacionais nas zonas rurais” mostra uma diminuição em resultado de novos dados trazidos do Estudo de Base sobre a Situação do Abastecimento de Água e Saneamento Rural do PRONASAR, que indica que existiam em 2011, 16.928 fontes, em todo país. Ora, este número representa 2 mil fontes menos que as que tinham sido planificadas no QAD do mesmo ano, obrigando a revisão em baixa das metas de 2011 e dos anos seguintes.

A medição do desempenho dos indicadores sectoriais fora do QAD, deixou de ser feita segundo os níveis mínimos de serviço definidos na Política de Águas. A DNA e os parceiros acordaram que a partir de 2012, passarão a medir as taxas de uso dos serviços de água e saneamento, nas zonas rural e urbana. Esta medição será baseada em inquéritos directos aos agregados familiares, e poderão ser realizados pelo INE ou pela DNA, sob orientação metodológica do INE. Neste momento, apenas o subsector de água e saneamento rural tem uma informação actualizada, referente a 2011, que resultou do Estudo de Base publicado em Outubro de 2012. Os dados mais recentes de água e saneamento urbano são do MICS 2008. **Este estudo basear-se-á na extrapolação da série de dados para estimar as taxas de uso desses serviços.**

No **abastecimento de água rural**, a taxa de uso de fontes seguras foi de 45% em 2011. O incremento médio anual do uso das fontes seguras tem-se situado nos 6%, valor suficiente para que o alvo de 63% da população em 2015, seja atingido. Sendo assim, pode-se concluir que este indicador teve um desempenho bom. Na falta de estudos recentes sobre **água urbana**, assume-se a taxa de crescimento anual de 1%, observada entre dois estudos do INE (66% - QUIBB 2004; e 70% - MICS 2008), para estimar um uso de cerca de 74% em 2012, considerando-se um desempenho bom. Esta assumpção é conservadora, mas considera o facto dos importantes investimentos realizados nos últimos anos, nos sistemas principais, associados à decisão do Governo de baixar para metade a taxa para novas ligações aumentarem significativamente o número de ligações domésticas efectuadas anualmente.

A taxa de uso de **infra-estruturas seguras de saneamento rural** foi de cerca de 12% em 2011, enquanto a taxa de uso de qualquer infra-estrutura de saneamento foi de 51%. O crescimento da taxa de uso tem sido modesta mas consistente de 1% ano desde 2004, mas o sector precisaria dum incremento de 12% ao ano para atingir a meta do PQG de 48% em 2014, portanto um desempenho insuficiente. O uso do **saneamento urbano** cresceu a uma taxa de 3.3% ao ano partindo de 34% em 2004 para 47% em 2008. De forma análoga a água urbana, e por falta de estudos recentes de saneamento urbano, a taxa de uso é calculável como sendo de 60% em 2012. Apesar desta taxa necessitar de validação rigorosa, pode dizer-se de forma transitória que o desempenho tem sido insuficiente, pois a este passo, a meta de servir 80% dos residentes em zonas urbanas em 2014, poderá não ser atingida.

O sub-sector de **Recursos Hídricos** não tinha metas no QAD 2012 mas verificaram-se progressos assinaláveis em relação às metas do PES 2012. Foram reabilitadas todas 69 **estações hidroclimatológicas** previstas no PES 2012, representando uma execução de 100% do plano. Com estas 690 reabilitações, elevou-se para 451 o número total de reabilitações efectuadas entre 2005 – 2012, devendo ser considerado um desempenho bom, pois precisa-se construir em média 78 estações hidroclimatológicas por ano para atingir as 666 planificadas para 2015. Na área de **infra-estruturas de retenção**, foi concluída a construção/reabilitação de 12 pequenas barragens, reservatórios escavados e represas nos Distritos de Chigubo (6), Chibuto (1)

Morrumbene (1), Moatize (1), Moma (1), Ilha de Moçambique (2). Estas intervenções contribuem para aumentar em 304.000 m³ a capacidade de armazenamento de água.

A principal estratégia de **implementação do SINAS** é a capacitação dos actores a todos níveis. Assim, e no âmbito do PES de 2012, foram capacitados 76 técnicos distritais e provinciais em operação da base de dados informatizada, foram treinados 368 Chefes de Localidade e 199 Chefes de Postos Administrativos no uso de instrumentos de recolha de dados e informações sobre o Abastecimento de Água e Saneamento Rural. Preve-se que estas actividades continuem de forma específica em 2013, nas províncias de Gaza, Manica, Nampula e Niassa.

Execução Financeira

A dotação final do orçamento interno e externo do sector foi de 7.550,51 milhões de Meticais, tendo tido uma execução de 6.383,13 milhões de Meticais, correspondentes a 85%. Cerca de 868,73 milhões (12%) foram fundos internos, um crescimento de 22% em relação a 2011, e 6.681,78 milhões (88%) foram fundos externos, representando um decréscimo de 17% em relação a 2011.

A execução da componente interna do orçamento atingiu os 809,5 milhões de Meticais equivalentes a 93% da dotação final (91% em 2010 e 2011). A execução da componente externa atingiu os 5.573,63 milhões de meticais equivalentes a 83% da dotação final (56% em 2011, e 48% em 2010). A contribuição do Governo para o Sector de Águas correspondeu em 2012 a 2,2% da despesa pública total (3,5% em 2011).

Problemas encontrados durante a execução em 2012

Água:

- A proporção entre reabilitações e construção de novas fontes de água situou-se entre 2007 e 2012 nos 42%, sugerindo que o nível de sustentabilidade não está necessariamente a melhorar.

Saneamento:

- A recolha de dados sobre saneamento, nos municípios continua deficitária.

Execução financeira:

- Continuou a haver dificuldade na colecta de informação sobre fundos Off-CUT geridos pelos Parceiros de Apoio Programático.

Proposta de soluções para melhorar o desempenho em 2012

Água:

- Criação de Equipas Técnicas Provinciais de Planificação, compostas pelo DAS, os SDPI e ONGs, para avaliar de forma rigorosa a operacionalidade das fontes de água rurais.
- Documentar a estratégia financeira e partilha de riscos associados à implementação dos contratos para grandes lotes de perfuração.
- Estabelecer parcerias entre a AIAS e o FIPAG, de modo a que a nova estrutura beneficie da experiência acumulada no financiamento e gestão do património.

Saneamento:

- Implementar os instrumentos de recolha de dados sobre saneamento urbano e peri-urbano acordados na Iª Reunião sobre a Base de Dados do Abastecimento de Água e Saneamento Urbano realizado no âmbito do SINAS de Novembro de 2012.

- Melhorar a coordenação entre os actores a nível urbano, nomeadamente com os Municípios, para melhorar a recolha de informação sobre saneamento urbano.

Execução Financeira:

- Cada parceiro de cooperação deve fornecer informação sobre os seus desembolsos Off-CUT ao Ministério das Finanças e à DNA.
- Aperfeiçoar os mecanismos de recolha de informação financeira a todos os níveis.
- Desenvolver preços unitários tipificados em todas as categorias de despesa, para facilitar a análise da relação entre execução financeira e balanço do PES.

Principais lições aprendidas

- Aumentou em todos os sub-sectoros a capacidade de captar informação de realizações fora do plano, mas há ainda muito trabalho a fazer nesse campo.
- Observou-se em 2012 um desempenho positivo no acesso a fontes de água seguras, no uso dos serviços de água, no número de infra-estruturas construídas e reabilitadas e na eficiência dos sistemas principais de abastecimento de água, mas continua a ser difícil estimar o desempenho dos sistemas secundários de abastecimento de água por insuficiência de dados.
- A construção de fontes de água aumentou de uma média de cerca de 1.000 fontes/ano entre 2000-2005 para mais de 2.450 fontes/ano entre 2006-2012, um ritmo em si suficiente para o alcance da meta do PQG para 2014 e dos ODM para 2015.
- O aumento da capacidade de construção de fontes de água advém do aumento de empresas de perfuração, incentivadas pela introdução de contratos em grandes lotes de furos (acima de 50 por contrato), por vezes de duração bienal, da adopção do PEC-Zonal que prepara e assiste as comunidades e da melhoria do processo de recolha dos dados sobre as execuções isoladas e/ou fora do plano.
- O aumento do número de ligações de água domiciliárias resultou da combinação de vários factores:
 - as campanhas água na hora (uma casa uma ligação);
 - a decisão do Governo de baixar para metade a taxa para novas ligações;
 - a expansão da rede de distribuição para novas áreas e;
 - a melhoria da logística do aprovisionamento do material necessário para as ligações.
- Os fontanários públicos em zonas peri-urbanas vêm tendo uma redução da procura ao longo dos anos, em resultado de:
 - expansão da rede de distribuição que possibilitou maior acesso a ligações domiciliárias;
 - fraca fiabilidade dos fontanários devido a baixa pressão e frequência de avarias e cortes e;
 - fraca capacidade de gestão pelos comités de água.
- Com a introdução do Saneamento Total Liderado pela Comunidade (SANTOLIC) a construção de latrinas aumentou significativamente, esperas-se que com alteração do padrão de serviço mínimo de saneamento (que inclui a latrina tradicional) tenha o esperado impacto na taxa de cobertura por saneamento rural.
- O sucesso da actividade de reabilitação das estações hidroclimatológicas é atribuído à efectivação do processo de *procurement*, à aquisição antecipada de material e aos desembolsos atempados dos fundos.

1. INTRODUÇÃO

Desde 2003 o Governo Moçambicano vem desenvolvendo um Quadro de Avaliação de Desempenho (QAD) que capta as prioridades do Governo em todas as áreas do PARP 2010-2014 e serve de base comum de diálogo e acompanhamento com os Parceiros de Apoio Programático (PAPs). Além disso, o Governo publica o Balanço do PES para ser utilizado como um instrumento de acompanhamento da implementação do PARP, incluindo as prioridades do QAD.

O Relatório de Avaliação de Desempenho do Sector de Águas (RADS) pretende ser o mais importante documento de referência para avaliar o desempenho do sector de água em Moçambique e uma ferramenta de prestação de contas mais integrada e mais analítica. Fornece um resumo sucinto dos investimentos, metas, realizações e resultados. O relatório inclui dados e análises no que diz respeito ao acesso, a funcionalidade e a equidade do abastecimento de água e saneamento, higiene e estratégias de sustentação dos investimentos. O relatório inclui informações essenciais sobre os esforços para garantir a prestação continuada de serviços de água e saneamento cada vez melhores.

Este é RADS de Moçambique, desenvolvido como parte da componente analítica e de dissiminação de informação do Sistema de Informação Nacional de Água e Saneamento (SINAS). Apresenta uma análise detalhada do estado e desempenho do sector no ano de 2012 e contou com uma equipa de seus profissionais do sector de águas e de PAPs que trabalhou diligentemente na compilação dos diferentes relatórios, de modo a dar uma informação final de qualidade. Este relatório baseia-se no QAD 2012 do sector de águas e enquadra-se nas reformas do sector de águas. Essas reformas têm em vista melhorar a eficácia fiscal e física, permitir que as metas sejam atingidas com maior eficácia e o progresso da abordagem sectorial para a planificação, execução, relatórios e prestação de contas.

O presente relatório está estruturado de modo que seja de fácil leitura. A análise de desempenho é baseada nos indicadores dos subsectores de água e saneamento rural, água e saneamento urbano e recursos hídricos, são apresentados em secções respectivas. Adicionalmente, apresenta-se o quando institucional, faz-se a análise orçamental e financeira, **trata-se com profundidade um tema especial** e faz-se uma análise sobre o cumprimento das recomendações da última RAC para dar sentido o progresso dos indicadores subsectoriais. Em cada uma das secções fazem-se recomendações.

2. ANÁLISE DOS INDICADORES

2.1 Quadro de avaliação de desempenho

O Programa Quinquenal do Governo 2010 – 2014 foi desenhado para cumprir com os objectivos da Política de Águas que detalha os compromissos do Governo em relação aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) nos subsectores de água e saneamento urbano e rural.

O PQG prevê cobrir cerca de 20,1 milhões de pessoas por água rural e urbana e 15,5 milhões por saneamento rural e urbano (tabela 1). O diagrama de cores da tabela 1, indica de forma global que os subsectores de água urbano e rural poderão atingir as metas, enquanto que os subsectores de saneamento urbano e rural dificilmente atingirão as metas do PQG e dos ODM (anexo 1).

Tabela 1 - Metas do Plano Quinquenal do Governo (PQG) para 2014			
Serviço	Metas		Progresso
	%	Pop. servida	
Água Rural (+Vilas)	69%	13,5 Milhões	●
Água Urbana	70%	6,6 Milhões	●
Saneamento Rural	48%	8 Milhões	●
Saneamento Urbano	80%	7,5 Milhões	●
Legenda: <ul style="list-style-type: none"> ● - Atingirá as metas do PQG ● - Poderá atingir as metas do PQG ● - Dificilmente atingirá as metas do PQG 			

A tradução e a representação exacta destas metas têm sido amplamente discutidas no âmbito da elaboração dos Planos de Acção para a Redução da Pobreza (PARP) desde 2004. Os indicadores nem sempre têm sido consensuais, mas têm merecido ajustes contínuos no Quadro de Avaliação de Desempenho (QAD) que é usado para monitorar as áreas estratégicas do PARP (Objectivo 3 - desenvolvimento humano e social, infra-estruturas sociais).

Em 2012, o sector de águas considerou que os indicadores “Número de fontes de água dispersas operacionais nas zonas rurais” e o “Número de novas ligações a sistemas convencionais de esgotos, fossas sépticas e latrinas melhoradas construídas em zonas urbanas e peri-urbanas” continuariam a ser usados no QAD para medir o seu desempenho nas áreas rurais e urbanas respectivamente. A tabela 2 mostra as realizações de 2011 e as metas e realizações de 2012.

Tabela 2 – Tabela de indicadores de água e saneamento segundo o QAD 2012

Indicador de Produto	Real 2011	Meta 2012	Real 2012	Avaliação
26.1. Número de fontes de água dispersas operacionais nas zonas rurais	20.704	18.457	19.306	Desempenho excelente
27.1 Número de novas ligações a sistemas convencionais de esgotos, fossas sépticas e latrinas melhoradas construídas em zonas urbanas e peri-urbanas	13.976	56.600	19.060	Desempenho insuficiente

O carácter decrescente do indicador do produto “Número de fontes de água dispersas operacionais nas zonas rurais” é resultado do Estudo de Base sobre a Situação do Abastecimento de Água e Saneamento Rural do Programa de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PRONASAR), que mostrou que existiam em 2011, 16.928 fontes, 2 mil fontes menos que as que tinham sido planificadas no QAD do mesmo ano (18.900). Mas o seu desempenho pode ser considerado excelente . Porque este número resultante do levantamento apareceu depois do QAD 2011 ter sido finalizado, a reunião de planificação do QAD 2012 recomendou a revisão em baixa da linha de base de 2011, fazendo efeitos somente no QAD 2012 e no dos anos subsequentes.

A dinâmica das zonas (peri)urbanas dos últimos anos, caracterizada pelos programas governamentais e parcerias público-privadas de fomento de habitação, sugere que deveria haver um correspondente incremento na construção de facilidades de saneamento. Entretanto, o desempenho do indicador “Número

de novas ligações a sistemas convencionais de esgotos, fossas sépticas e latrinas melhoradas construídas em zonas urbanas e peri-urbana” tem sido sistematicamente insuficiente. A melhoria do abastecimento de água deveria ser acompanhada pela melhoria das infra-estruturas de saneamento. Mas, o desempenho insuficiente deste indicador torna-se ainda mais preocupante porque em 2011, todas as cidades tiveram tempos de distribuição de água acima das 16 horas por dia, com excepção dos sistemas de Cuamba, e Lichinga que registaram 10 e 11 horas, respectivamente. É provável que o desconhecimento das reais condições em que as casas são construídas (talhões, licenças, capacidade financeira dos residentes, condições de habitação.) esteja a induzir o sector a colocar as metas de saneamento urbano acima das suas reais capacidades de execução.

Para evitar a prevalência desta ambiguidade, é importante que o sector melhore as capacidades de recolha, armazenamento, análise, e transmissão de dados sobre infra-estruturas de saneamento construídas e em uso nos municípios. A primeira reunião nacional sobre a base de dados do abastecimento de água e saneamento urbano realizada pela DNA em Novembro de 2012, surge como oportunidade para esse fim. Mas, será necessária vontade política nos municípios e deverão ser alocados recursos a medida do desafio.

2.2 Indicadores dourados do sector

Com a introdução do PARPA, o monitoramento dos indicadores de desempenho ganhou mais relevo no sistema de monitoria e avaliação do sector de águas desde o início da década de 2000. Entretanto, inicialmente era um verdadeiro desafio. Havia várias sobreposições de demandas de relatórios de indicadores por parte de diversos actores, incluindo o PAP's e agências multilaterais. O foco desses indicadores nos resultados era limitado. Não havia uma clara compreensão da diferença entre os indicadores de processos, produtos e resultados. Além disso, não havia padrões de qualidade de dados, ocasionando diferentes valores para o mesmo indicador. Isto transformava as RAC's em verdadeiras batalhas de interesses desnecessariamente divergentes. Finalmente, embora tivesse alguma aplicação para fins de responsabilização, o monitoramento de indicadores não era relevante para a tomada de decisões.

O SINAS promoveu consensos sobre como efectivamente medir o desempenho do sector de águas, mas o caminho é ainda longo e empenhativo. Até ao momento foram validados os indicadores de Água e Saneamento para as áreas rurais, faltando os dos recursos hídricos e do abastecimento de água e saneamento urbano (apesar de já terem sido discutidos no fórum técnico). A referência sobre a validação não exclui a necessidade destes irem sendo aperfeiçoados e ajustados. Por isso, espera-se que trabalhos analíticos, discussões de grupos temáticos e as próximas reuniões de Revisão Anual Conjunta (RAC) tragam mais elementos que ajudem a aperfeiçoar os indicadores concebidos e em uso neste relatório de avaliação de desempenho.

Com o aperfeiçoamento do processo de avaliação de desempenho, espera-se que o sector identifique indicadores de desempenho por meio de uma metodologia de estruturas lógicas (matriz de indicadores de resultados), que serão reportados regularmente por meio da plataforma do SINAS. Essas informações serão usadas como contribuição para as avaliações anuais de desempenho. Na sequência, os indicadores subsectoriais serão condensados num subconjunto sectorial de indicadores que serão usados para a elaboração de planos e orçamentos a serem enviados para o Parlamento, através do PES consolidado pelo Ministério de Planificação e Desenvolvimento (MPD).

2.2.1. Indicadores dourados do subsector de água e saneamento rural

A série designada de indicadores dourados de água e saneamento rural contém 9 indicadores e 20 definições (anexo 2).

Na tabela do anexo 2, existem indicadores que não têm sido preenchidos quer por falta de pessoas dedicadas para sua recolha, quer devido à enorme dificuldade para sua obtenção a escala nacional. Por exemplo, as percentagens dos fluxos de ajuda ao subsector do AASR reportados no relatório da execução orçamental e da ajuda ao subsector do AASR que usa os sistemas do *procurement* público são indicadores que podem ser produzidos pela DNA se houver pessoas dedicadas. Porém, a percentagem de comités de água com mulheres em posição de chefia, a percentagem de agregados familiares e áreas pobres com acesso à água e ao saneamento e a percentagem de fontes de água mantidas e reparadas pelas comunidades com as normas e os regulamentos para a gestão pro-pobre, são mais indicados para monitoria de projectos que fizeram um estudo de base minucioso sobre as características socioeconómicas, tradições e normas locais, sendo pouco relevantes a nível nacional.

O tempo para buscar água, o uso da água e a equidade são indicadores que resultam de inquéritos directos aos utentes, daí que os seus campos não estão a ser actualizados anualmente como acontece com os outros indicadores. Os espaços entre estudos são preenchidos com dados extrapolados. A consistência desses dados ao longo do tempo é discutível. A DNA iniciou já o processo de harmonização dos indicadores no censo do INE de 2007 e prosseguiu com a compatibilização de metodologia para o Estudo de Base do PRONASAR em 2011. Os resultados do Estudo de Base do PRONASAR estão sendo usados para ajustar alguns indicadores do anexo 2.

a) Tempo para buscar água

Definições do Indicador 1: Percentagem de agregados familiares que gastam menos de 30 minutos a ir buscar água para

O tempo para a busca de água é definido como o tempo em minutos necessário para ir buscar a água e voltar a casa, incluindo o tempo de espera na fonte. O inquérito de base do PRONASAR de 2012, encontrou que cerca de um terço dos agregados familiares das zonas rurais do país (32%) leva menos que 30 minutos para chegar à fonte de água e voltar, denotando-se um desempenho insuficiente. O estudo explica que a elevada percentagem de pessoas que ainda anda mais que 30 minutos, leva a que não utilizem mais do que a quantidade base exigida para a higiene, beber e cozinhar (16 litros per capita por dia), contra a norma recomendada de 20 litros per capita por dia.

Os estudos de casos de boas práticas de gestão sustentável de fontes dispersas levados a cabo pela DNA (2009 – 2012) têm mostrado que os consumos per capita têm uma correlação positiva com a densidade das povoações. Isto é, quanto mais próximas estiverem as casas da povoação, mais altos são os consumos per capita reportados. Não sendo política do governo “obrigar” as pessoas a viverem umas próximas das outras, altos padrões de consumo de água, em comunidades dispersas, poderão ser atingidos através de incentivos a suplementação das fontes comunais com soluções de auto-abastecimento adequadas à situação hidrológica de cada zona (exemplos de poços familiares e captação de água de chuva).

b) Acesso a água rural

Definições do Indicador 2: Percentagem da população rural com acesso ao abastecimento de água melhorada dentro de

Para o abastecimento de água o acesso é definido como a percentagem de pessoas que têm à sua disponibilidade uma fonte de água segura. O Governo moçambicano aprovou em Setembro de 2012 o novo critério de cálculo de taxa de cobertura de água, que introduz, o princípio de uma fonte de água para 300 pessoas a cada 500 metros. O indicador de acesso conheceu ajustes depois da apresentação pelo INE dos resultados censitários de 2007. Anteriormente a taxa de acesso era calculada com base na Política de Águas (PA) de 2007, que especifica um nível mínimo de serviço de abastecimento de água rural de uma fonte equipada com bomba manual para 500 pessoas, e uma disponibilidade de 20 litros por pessoa por dia.

O critério de acesso de 300 pessoas por fonte será usado apenas para efeitos de planificação. O indicador que será usado para determinar o alcance das actividades de abastecimento de água rural será o “número de pessoas que usam as fontes melhoradas de abastecimento de água” – indicador 3. Este indicador será determinado através do inquérito directo aos agregados familiares a ser realizado quer pela DNA, ou pelo INE.

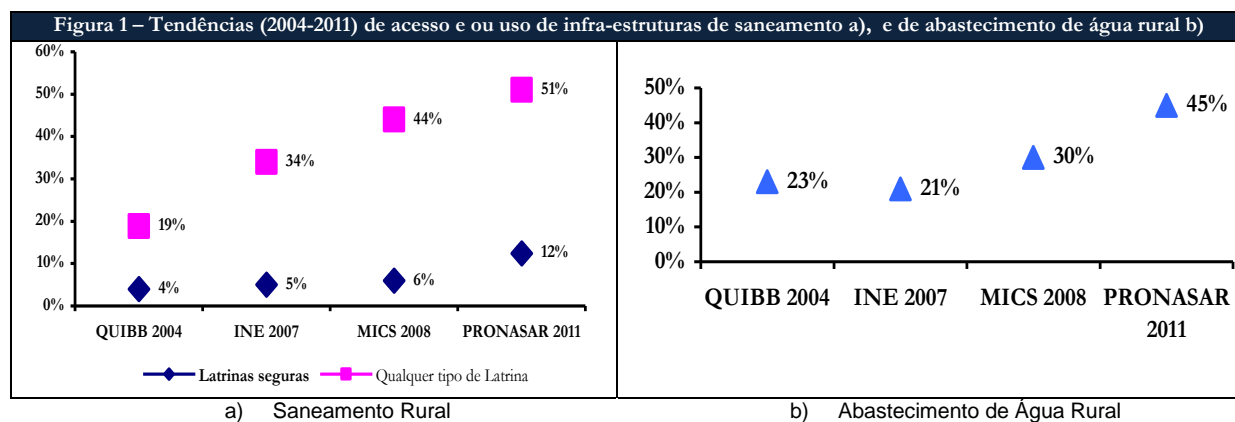
O estudo de base do PRONASAR de 2012, indica que 454% dos agregados familiares têm a fonte de água segura localizada a menos de 500 metros da casa. A província mais beneficiada é Gaza com uma média inferior a 250 metros e a menos beneficiada é Inhambane com uma média de 1 a 2 km de distância da fonte de água mais próxima. Considerando que a meta estabelecida é atingir 69% da população rural em 2014, este indicador teve um desempenho insuficiente, pois implica conseguir um crescimento de 5,6% ao ano, quase o dobro do crescimento observado entre 2005 – 2011.

c) Uso de fontes e de instalações sanitárias melhoradas

Definições do Indicador 3: Percentagem da população rural que usa fontes melhoradas;
Percentagem da população rural que usa instalações sanitárias melhoradas.

O parâmetro de uso é relativamente recente na medição das actividades da área de águas e reflecte essencialmente a provisão do serviço do lado do utente. É definido como a percentagem de pessoas que, tendo à sua disposição, fazem uso efectivo das infra-estruturas e serviços seguros de abastecimento de água e saneamento. A política da área considera como infra-estruturas de saneamento seguras para a eliminação segura de excreta o sistema de água corrente, a latrina com despejo de água manual, a latrina VIP, a latrina melhorada com laje de cimento, a latrina tradicional melhorada e latrina ecológica.

Segundo Estudo de Base do PRONASAR 2012 a taxa de uso de **infra-estruturas seguras de saneamento** foi de cerca de 12% em 2011, enquanto a taxa de uso de qualquer infra-estrutura de saneamento foi de 51% (fig. 1).



O uso de de infra-estruturas seguras de saneamento tem crescido a uma taxa consistente mas modesta de cerca de 1% ao ano desde 2004, o que mostra um desempenho insuficiente. Da figura 1 a) pode-se concluir que com os níveis de uso de 2011, a área de águas precisaria de conseguir uma taxa de crescimento de 12% ao ano para atingir a meta do PQG de 48% em 2014. Mas ao mesmo tempo, a taxa de uso de qualquer tipo de infra-estrutura de saneamento tem crescido em média cerca de 10,7% ao ano.

Nos últimos anos, as altas taxas de construção de latrinas por famílias rurais têm sido associadas com os programas de saneamento utilizando o Saneamento Total Liderado pela Comunidade (SANTOLIC). O

SANTOLIC parece uma boa receita para promover a demanda pelo saneamento rural em Moçambique, mas não tem sido bem sucedido na ligação da demanda criada com a oferta de serviços.

A literatura indica que, uma vez que se gera a demanda, para atingir-se um saneamento integral de uma comunidade, é preciso que se leve até aos consumidores uma gama de opções de serviços financeiramente acessíveis e bem localizados¹. A questão que se coloca é como é que se cria e se sustenta esse mercado? A viabilidade dos mercados de saneamento rural varia de continente para continente, de um país para outro e de uma província para outra. Para entender os factores de viabilidade dos mercados nacionais de saneamento, é necessário fazer-se uma análise rigorosa dos factores que influenciam a procura destes serviços.

No **abastecimento de água rural**, consideram-se fontes dispersas seguras os furos e os poços protegidos, ambos equipados com bombas manuais e as nascentes protegidas. A figura 1 indica que a taxa de uso de fontes dispersas de água rural foi de 45% em 2011. Partindo dos dados do Censo do INE 2007, o incremento médio anual do uso das fontes de abastecimento de água rural tem-se situado nos 6% ao ano, valor equivalente a pouco menos que o dobro da taxa de acesso calculável para o período de 2008 – 2011, que foi de 3,6% ao ano. Considerando o alvo de 63% da população em 2015, pode-se concluir que este indicador tem tido um desempenho bom.

O bom desempenho deste indicador não é previsível, e por isso não pode ser nem planificado nem replicado ao *bel-prazer* do sector. Para que a planificação sectorial comece a ser mais previsível e efectivamente relacione os insumos com os resultados, é necessário que se façam estudos específicos para compreender a relação causal existente entre as taxas de acesso e uso, com as abordagens de geração da demanda, participação dos utentes, estratégias de implementação e os mecanismos de apoio pós-entrega.

d) Operacionalidade das fontes dispersas

Indicador 4: Percentagem de fontes de água em funcionamento.

A operacionalidade tem uma relação desconhecida com as taxa de acesso e uso e é definida em função do número de infra-estruturas de água, que estão operacionais no final de cada ano. O alvo deste indicador é atingir uma taxa de operacionalidade de 95% em 2015, o que representa um esforço de redução da taxa geral de avarias dos actuais 20% para 5%. Segundo o estudo de base do PRONASAR 2012, a taxa nacional de operacionalidade das fontes dispersas situou-se em 80% em 2011. Isto representou uma baixa de 10,2% quando comparada a taxa de operacionalidade calculada antes dos resultados do estudo de base no mesmo ano.

Sendo este o primeiro dado sobre a operacionalidade trazido de estudo rigoroso, torna-se difícil julgar o seu desempenho. Experiências doutros países mostram que este nível de desempenho deve ser considerado bom, mas mostram também que quando a funcionalidade atinge estes níveis, estagna-se. Daí que é preciso que o governo tome medidas específicas para elevá-la. Por exemplo a experiência do Malawi² mostra uma grande flutuação na operacionalidade das fontes dispersas, variando de 45% to 75%; enquanto que em Uganda³ a taxa de operacionalidade tem estado estagnada variando entre 80% – 83% nos últimos 2-3 ano, mas ainda abaixo do alvo de 90% em 2015. Em Malawi o governo precisa de uma informação mais robusta, equanto as

¹ WSP (July 2012). What Does It Take to Scale Up Rural Sanitation? Perez et al.

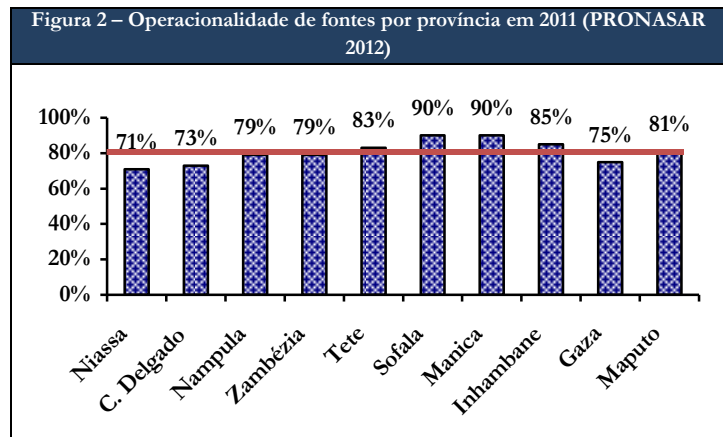
² Malawi Irrigation, Water and Sanitation. 2010 Sector Performance Report. May 2011

³ Government of Uganda, Ministry of Water and Environment. Water and Environment Sector Performance Report 2011. September 2011

medidas de Uganda incluem a reabilitação das fontes inoperacionais por um programa nacional e a melhoria das capacidades dos mecânicos locais.

No contexto moçambicano, a variabilidade da operacionalidade por província é grande (fig.2). Precisa-se de uma informação robusta sobre as causas desta variabilidade para o governo tomar as medidas necessárias, segundo os contextos.

Os estudos de casos de sustentabilidade do PRONASAR (2009-2012), identificaram que a falta de envolvimento dos líderes locais nas estruturas de gestão, a falta de apoio pós-entrega dos comités de água, a fraca capacitação das comunidades e a falta de assistência técnico-mecânica das comunidades juntos, comprometem a funcionalidade das bombas manuais.



e) Infra-estruturas de água e saneamento construídas e reabilitadas

Definições do Indicador 5:

- Número de fontes novas e reabilitadas por ano;
- Número de PSAA novos e reabilitados por ano;
- Número de escolas com novas fontes de água e instalações sanitárias por ano;
- Número de latrinas melhoradas construídas por ano;
- Número de latrinas tradicionais construídas por ano;
- Nº de latrinas tradicionais melhoradas construídas por ano;
- Número de aldeias livres de feccalismo a céu aberto certificadas por ano.

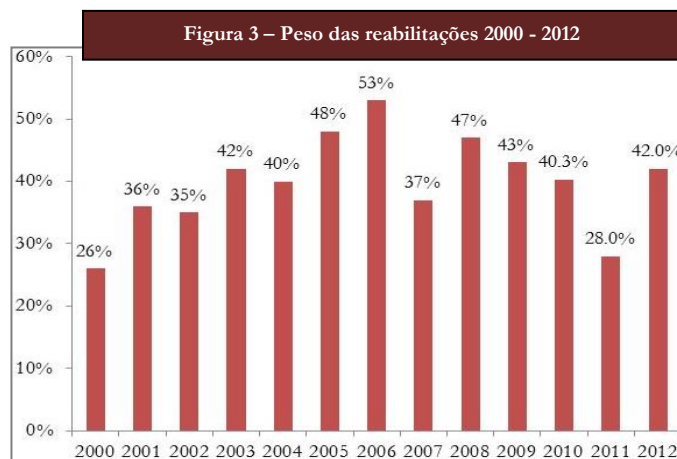
O indicador “Infra-estruturas construídas e reabilitadas” é medido uma vez ao ano, a 31 de Dezembro e serve para avaliar o progresso do sector em relação às metas físicas estabelecidas no PES desse mesmo ano (inclui fontes dispersas – Poços/Furos, Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água - PSAA, Latrinas Melhoradas - LM, Latrinas Tradicionais Melhoradas - LTM e Latrinas Tradicionais - LT).

Em 2012, foram tornadas operacionais 2.378 **fontes dispersas**, das 2.122 planificadas correspondente a 112% de cumprimento do plano, o que deve ser considerado um desempenho bom deste indicador. Destas fontes 1.371 foram **furos** novos, 20 **poços novos** e 987 furos reabilitados. As metas foram ultrapassadas apenas em termos globais, pois dos 30 poços novos planificados, foram construídos apenas 20, o que corresponde a um cumprimento do plano de 67%; dos 1.737 furos novos planificados foram construídos 1.371, uma execução de 79%; e finalmente das 355 reabilitações planificadas, foram feitas 987, correspondendo a uma execução do plano em 278%. A meta dos furos novos não foi cumprida por falta de cabimento orçamental para as obras de Sofala, Manica e Tete onde um dos parceiros cancelou os contratos por falta de dinheiro; enquanto que o excesso de reabilitações é atribuído a actividade dos governos distritais (utilizando fundos locais).

Mais uma vez, as reabilitações representaram cerca de 42% dos esforços de água rural em 2012 (fig. 3). O número total de fontes novas operacionalizadas por ano, nas áreas rurais, mais do que duplicou entre 2007-2012, quando comparado ao número de fontes habitualmente construídas e reabilitadas entre 2000-2005. Entretanto, o número total de fontes reabilitadas também duplicou, sugerindo que o nível de sustentabilidade

não está necessariamente a melhorar (média de 42% dos esforços anuais entre 2007-2012 foram para as reabilitações, com mínimo de 28% em 2011).

Os valores reportados devem continuar a serem assumidos com certa reserva, ponderando-se a situação caso-a-caso, e devem estar sujeitos a uma validação rigorosa, no âmbito do SINAS. A criação de Equipas Técnicas Provinciais de Planificação compostas pelos Departamentos de Água e Saneamento (DAS), os Serviços de Planeamento e Infra-estruturas (SDPI) e as ONGs que fariam esse trabalho nos seus distritos, poderia ser um ponto de partida a considerar.



A introdução de contratos de perfuração de grandes lotes e de períodos mais longos, permitiu aumentar a capacidade de construção, mas as estratégias financeiras de sua implementação não foram caracterizadas ainda. Do número de fontes construídas em 2012, pode-se concluir que continua a haver capacidade de execução para o cumprimento das metas do PQG. Depois de uma alta variabilidade observada entre 2000-2005 (média anual de construção de 1.055 fontes/ano), a capacidade de construção começou a crescer em termos absolutos em 2007 quando foram construídas/reabilitadas 2.444 fontes. Entre 2007-2012 a capacidade média de construção pode ser estimada em 2.444 fontes, uma ligeira redução em relação a média de 2.458 fontes estimada em 2011. Mesmo assim, pode-se considerar que existe capacidade suficiente para o alcance das metas do PQG 2010-2014 e dos ODMs em 2015⁴.

Na componente dos **Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água (PSAA)** continuou a realizar-se obras de ONG's e outros sectores não integradas no plano da área de águas, e continuou a haver progresso lento das obras por causa dos atrasos no processos de *procurement* e gestão de contratos. Em 2012 as obras realizadas fora do PES foram 1,5 vezes mais que as planificadas no PES 2012, o que chama a atenção para o sector melhorar o processo de coordenação. A demora provocada pelo início tardio do *procurement* e a gestão de contratos precisam de ser melhor caracterizadas, através de processos de monitoria do desempenho, e devem ser levadas a cabo capacitações nos pontos onde o desempenho ainda estiver fraco.

O PES 2012 previa a reabilitação de 17 sistema (41% do tipo I e 59% do tipo II) em 14 distritos, tendo sido concluídos 10 (40% do tipo I e 60% do tipo II) o que corresponde a uma execução de 59% do planificado no PES de 2012. Os restantes 7 sistemas planificados, todos têm os empreiteiros contratados e mobilizados e as obras estão em graus diferentes de execução. A previsão é de que depois das obras concluídas os sistemas beneficiem um total de 54.048 pessoas adicionais. Embora tenha havido progressos assinaláveis, pode-se dizer que o desempenho deste indicador foi insuficiente. As causas apontadas para o não cumprimento das metas incluem atrasos nos processos de *procurement*, atraso na disponibilização de fundos para implementação das actividades, falta de empreiteiros para reabilitação dos PSAA e fraca capacidade de gestão dos contratos.

⁴ Para o alcance dos ODM, a DNA estima no seu PESA-ASR 2006-2015 que o ritmo anual de construção/reabilitação de fontes dispersas deverá situar-se entre um mínimo de 1.512 e um máximo de 2.150 fontes (num incremento médio anual de 1.804 fontes/ano), combinado com a construção/reabilitação de um mínimo de 5 e um máximo de 32 PSAA por ano.

A outra frente é constituída pelos PSAA financiados pelas ONG's, INGC e pelo MCA, cujas intervenções não foram capturadas em Julho de 2012, durante a elaboração do PES 2012. Foram construídos de raiz 10 e reabilitados 15 PSAA do tipo I em 15 Distritos nas Províncias Maputo (2), Gaza (5), Inhambane (5), Nampula (3) e Cabo Delgado (10). No total estas intervenções beneficiam a 63.067 pessoas. Estas intervenções não foram inclusas no PES 2012, porque não tinham sido confirmados até Julho de 2011, momento em que se terminou a elaboração do PES.

No âmbito de **saneamento rural**, tinha sido planificada a construção de 87.111 Latrinas no PES 2012, utilizando-se a abordagem do Saneamento Total Liderado pela Comunidade (SANTOLIC). A especificação do uso do SANTOLIC, deixa clara a partida que a cifra incluía todo tipo de latrinas (LM, LTM e LT).

Apesar da LT ser incluída na definição do indicador, continua a não ser contada para a cobertura do saneamento rural. Em termos globais foram construídas 169.424 latrinas, 33% menos latrinas que em 2011, mais de metade das quais (99.521 - 59%) são Latrinas Tradicionais e não contam para o padrão de acesso aceite na área de água. Apenas 69.903 (41% do global) das latrinas contam para o acesso, das quais 31% (21.467) foram LM e 69% (48.436) LTM. Isto representa cerca de 80% da execução do PES 2012, que pode ser considerado um desempenho insuficiente. As razões apontadas pela área de águas, para este desempenho insuficiente, incluem a falta de cabimento orçamental para as campanhas de promoção nas Províncias de Sofala, Manica e Tete e o fraco desempenho das empresas de área social que actuam nas Províncias de Maputo, Gaza e Nampula.

No Relatório de Balanço do PES 2012 o indicador, de “Comunidades Livres do Fecalismo a Ceu Aberto (LIFECA)”, não é reportado contra qualquer meta inicialmente proposta, o que dificulta a avaliação do seu desempenho. Em resultado de implementação do SANTOLIC, 419 comunidades foram declaradas LIFECA, 12 comunidades mais que no ano passado que foram 392. A falta de dados sobre o número total de pessoas cobertas nestas comunidades dificulta a percepção da efectividade das actividades de 2012.

Dado que o SANTOLIC produz muitas latrinas durante as campanhas e não se tem qualquer informação sobre a qualidade, seria interessante medir a sua operacionalidade nas épocas chuvosa e seca do ano, através de estudos de amostragem. Os resultados dos estudos poderiam ser usados para aferir a informação de monitoria proveniente dos postos administrativos e localidades. A questão principal é a operacionalidade das latrinas durante a estação chuvosa que em diversas áreas, agrava o baixo acesso ao saneamento por causa de altas taxas de colapso das latrinas durante a chuva intensa.

A recolha de dados sobre as latrinas escolares é ainda deficitária, e não aparece no relatório do balanço do PES 2012. Espera-se que com maior envolvimento dos Chefes de Posto Administrativo na monitoria das actividades de ASR haja uma melhoria significativa na quantidade e qualidade da informação sobre saneamento e higiene nas escolas.

f) Sustentabilidade

Definição do Indicador 6: Nº de distritos com fornecimento de peças sobressalentes à venda com assistência às comunidades por ano

Na tabela dos indicadores dourados, a sustentabilidade é definida como o número de distritos com fornecimento de peças sobressalentes à venda com assistência às comunidades por ano. Os dados de 2012 indicam existirem 31 lojas de venda de peças sobressalentes nos distritos, uma subida de 5 lojas quando comparado a 2011. Este indicador não tem qualquer alvo em 2014 e não teve uma meta em 2012, isso torna difícil avaliar o seu desempenho.

Entretanto, o relatório do Balanço do PES 2012 reporta uma série de actividades ligadas a sustentabilidade, que não estão limitadas a criação de lojas de venda de peças sobressalentes. Essas actividades incluem a Participação e Educação Comunitária (PEC) realizada por ONG's e empresas de área Social contratadas, a revitalização de Comitês de Água e Saneamento, o treinamento de mecânicos e artesãos locais, a realização pelas comunidades da manutenção preventiva das fontes de água bem como a realização da documentação de boas práticas de sustentabilidade de fontes de água realizadas nas Províncias de Gaza, Inhambane, Sofala e Tete.

Esta gama de actividades está em linha com as actividades que têm sido internacionalmente realizadas para a promoção da sustentabilidade. Recomenda-se, por isso, a reformulação deste indicador porque é difícil de capturar e sozinho não é determinante para a sustentabilidade das fontes. Seria desejável que o indicador da operacionalidade fosse tomado como uma das definições do indicador de sustentabilidade, que incluiria eventualmente a disponibilidade de peças sobressalentes, funcionamento das estruturas de gestão, pagamento da tarifa, nível de capital social, etc.

g) Investimento

Definições do Indicador 7:

- Fundos disponíveis para alcançar as metas dos ODMs com estruturas de apoio *in loco* a funcionar;
- Rácio da redução das actividades do AASR fora do plano/fora do orçamento no PESOD;
- Percentagem dos fluxos de ajuda ao subsector do AASR reportados no relatório da execução orçamental;
- Percentagem da ajuda ao subsector do AASR que usa os sistemas do *procurement* público.

Continua a observar-se a dependência do Sector de Águas aos orçamentos externos que financiam cerca de 90% das suas actividades. Em 2012, cerca de 7.514.374 milhares de MT (\$250 milhões) foram atribuídos a área de água e saneamento, representando 2,2% da despesa pública total (excluindo os encargos da dívida) e 0,8% do PIB nominal em 2012⁵, tendo sido de 2,3% em 2011 e 3,9% em 2010⁶. Este valor representou um aumento de 3,2% em relação às despesas do sector em 2011. Os fundos alocados a DNA, ARAs e as DPOPH's foram da ordem de 600 milhões de MT (\$22 milhões).

h) Género e equidade

Definições dos Indicadores 8 e 9:

- % de comités de água com mulheres em posição de chefia.
- % de agregados familiares e áreas pobres com acesso à água e ao saneamento.
- % de fontes de água mantidas e reparadas pelas comunidades com as normas e os regulamentos para a gestão pro-pobre.

O indicador do género não tem alvo a atingir em 2014/5. O estudo de base do PRONASAR 2012, refere-se a “percentagem de membros dos comités de água que são mulheres” e não a “percentagem de comités de água com mulheres em posição de chefia” – o indicador da matriz, o que dificulta a avaliação do seu desempenho por falta de meta e de dados.

A alta percentagem de membros dos comités de água que são mulheres, não permite concluir-se que haja uma alta percentagem de mulheres em posição de chefia. O estudo do PRONASAR 2012 encontrou que 54% das fontes tinham comités de água, havendo um número significativo (36%) de fontes sem estrutura de gestão. Verificou também a existência de um relativo equilíbrio de género entre os seus membros, ainda que com

⁵ FDC & UNICEF (2012). Water and Sanitation Sector Budget Brief 2012.

⁶ DNA (2012) - Síntese da reunião anual conjunta de avaliação do desempenho do sector de águas – 2012. Maputo, 28-29 de Março de 2012.

predominância de homens. De facto a média nacional dos comités de água com membros dos comités de água que são mulheres foi de 45%, sendo de 44,9% na zona norte, 40% na zona centro e 50,4% na zona sul. O estudo de base não inclui dados que expliquem esta distribuição.

Pelo conceito de indicador, e com base na experiência dos outros países, o indicador de equidade não apresenta as definições que permitem a sua correcta medição, sugerindo-se que seja substituído. O Uganda e o Malawi por exemplo, avaliam a equidade medindo o desvio padrão do número médio de pessoas por fonte dispersa por posto administrativo ou por distrito. Os indicadores de equidade “percentagem de agregados familiares e áreas pobres com acesso à água e ao saneamento” e “percentagem de fontes de água mantidas e reparadas pelas comunidades com as normas e os regulamentos para a gestão pro-pobre”, são indicadores difíceis de capturar porque trazem dimensões econométricas que necessitam de métodos de pesquisa apropriados.

2.2.2. Indicadores dourados do subsector de Água e Saneamento Urbano

A revisão conjunta de 2011 recomendou ao subsector a discutirem os indicadores. Essas discussões retiraram dos indicadores iniciais os indicadores de acesso a água e saneamento e introduziu o indicador sobre a qualidade de água. Assim a nova tabela contém 6 indicadores de abastecimento de água e saneamento urbano e 19 definições (anexo 3), que guiarão a análise do desempenho dos subsectores de água e saneamento urbanos.

A análise do subsector de água urbana basea-se nos relatórios do CRA ao governo, que geralmente se referem ao ano anterior ao do relatório da avaliação de desempenho do sector de águas. Assim, a menos que a fonte e o ano de algum dado sejam especificados, todos indicadores referem-se ao desempenho dos sistemas principais em 2011, segundo o CRA 2012. A análise dos sistemas secundários torna-se fraca porque o Quadro de Gestão Delgada está em formação e isso reflecte-se numa falta de dados de monitoria de desempenho, o que dificulta a sua avaliação.

a) Incidência doenças de origem hídrica nos centros urbanos

Definição do Indicador 1: Número de casos de doenças diarreicas reportadas num determinado período.

Não foi possível recolher os indicadores necessários para este ano.

b) Uso de fontes de água e serviços de saneamento

Definição dos Indicador 2 e 3:

- Percentagem de pessoas que consomem habitualmente água de fontes seguras (água canalizada).
- Percentagem de pessoas que usam habitualmente infra-estruturas de saneamento seguro.

Estes indicadores medem a percentagem de pessoas que, tendo à sua disposição, fazem uso efectivo das infra-estruturas e serviços de abastecimento de água e saneamento. Esta informação não coincide com a tradicional cobertura, que tem estado acima do uso.

Segundo o INE a percentagem de pessoas que usa água na área urbana cresceu a uma taxa de 1 % ao ano, tendo por isso saído dos 66% em 2004 (QUIBB) para 70% em 2008 (MICS). Na falta de estudos recentes do INE sobre água urbana, assume-se a taxa de crescimento anual de 1%, para estimar um uso de cerca de 74% em 2012. Esta assumpção conservadora, inclui abastecimento de água de Operadores Públicos e de Pequenos Operadores Privados (POP's), e nessas condições o desempenho deve ser considerado bom, pois

ultrapassa já em 4% a meta dos ODM. A questão fundamental é, em que medida os serviços de POP's com cerca de 10% do uso em Maputo, deverão continuar a ser reclamados como serviços públicos.

Segundo os mesmos estudos do INE, o uso saneamento urbano cresceu a uma taxa de 3.3% ao ano partindo de 34% em 2004 para 47% em 2008. De forma análoga, e por falta de estudos recentes de saneamento urbano, a taxa de uso é calculável como sendo de 60% em 2012. Apesar desta taxa necessitar de validação rigorosa, pode dizer-se de forma transitória que o desempenho tem sido insuficiente, pois a este passo, a meta de servir 80% dos residentes em zonas urbanas em 2014, poderá não ser atingida.

c) Infra-estruturas construídas e reabilitadas

Definições do Indicador 4:

- Número de ligações domiciliárias existentes e activas no Sistema de Abastecimento de Água.
- Número de fontanários existentes e activos no Sistema de Abastecimento de Água.
- Nº de instalações de latrina melhoradas construídas.
- Nº de fossas sépticas construídas num determinado período.
- Número de latrinas escolares construídas num determinado período.
- Número de latrinas sanitários públicos construídos num determinado período.
- Nº de ligações a rede de esgotos estabelecidas num determinado período de tempo.
- Poços e furos equipados com bombas manuais construídos e reabilitados.
- Número de fontanários construídos e reabilitados durante um certo período.
- Nº de ligações para dentro da casa ou no quintal estabelecidas durante um certo período.

Por falta de dados e metas do PQG e dos ODM, o desempenho dos indicadores 'número de ligações domiciliárias existentes e activas no sistema de abastecimento de água', 'número de fontanários existentes e activos no sistema de abastecimento de água', 'número de latrinas e sanitários públicos construídos num determinado período', 'número de poços e furos equipados com bombas manuais construídos e reabilitados' e 'número de fontanários reabilitados durante um certo período', não será avaliado. Recomenda-se ao subsector de água urbana a determinar as metas de médio prazo e a esforça-se a recolher essa informação anualmente nas instituições de gestão do património de água (FIPAG e AIAS).

Em geral, os planos de construção das latrinas melhoradas têm sido muito conservadores (11.340 no PES 2011, 6.734 no PES 2012), e sempre abaixo do indicador do QAD que tem sido várias vezes mais ambicioso (54.000 em 2011, 56.600 em 2012). Como ficou dito na análise do cumprimento dos indicadores do QAD, estes números são planificados com um total desconhecimento, do sector, das reais condições em que as casas são construídas e a relação entre os sectores municipais responsáveis pelo controlo da ocupação dos solos urbanos e o sector de águas não está formalizada, daí que as metas, os planos e os resultados das execuções continuam irrealistas.

Em relação ao indicador do 'número de instalações de latrina melhoradas construídas', foram construídas 15.340 **latrinas melhoradas** contra as 6.734 planificadas para 2012, representando uma execução do plano em 226%. Mas, a tabela de indicadores do anexo 3 não especifica o alvo em 2014, o que não possibilita a avaliação do desempenho deste indicador. No PES 2012 não existe um plano nem de fossas sépticas a construir, nem de ligações a rede de esgotos a realizar. Entretanto no balanço do PES 2012 são reportadas a construção de 1.920 **fossas sépticas** e 1.800 **ligações a rede de esgotos**.

As latrinas melhoradas, as fossas sépticas e as ligações a rede de esgotos juntas têm um potencial de servirem a 172.000 pessoas, equivalentes a mais ou menos 2,3% da população urbana. Esta contribuição é significativa, mas está ainda abaixo das taxas de crescimento da população da maioria dos grandes centros urbanos do país.

A incidência da pobreza nos centros urbanos pode explicar em parte este desempenho, pois enfraquece as capacidades de financiamento das famílias. Mas também, um estudo do WSP (2012) considera a falta de planificação e responsabilização pela gestão do saneamento e a falta de informação, entre os factores que constroem o desenvolvimento e implementação de programas de saneamento nos centros urbanos⁷.

No âmbito do PES 2012, foram feitas 79.165 **ligações domiciliárias** contra as 67.578 planificadas (117% do plano), e 112 **fontanários** contra os 417 planificados (27% do plano). Apesar do bom desempenho global, foram feitas 4% menos ligações que em 2011 e a percentagem da execução dos fontanários baixou 8% quando comparada com o ano passado (35% de execução em 2011). O atraso dos investimentos que provocou pouca disponibilidade de água no sistema de Maputo/Matola pode estar na origem desta redução global do número de ligações. Mas a baixa execução dos fontanários é explicada pela sua baixa procura, em resultado da expansão da rede de distribuição, na maioria dos sistemas principais, que possibilitou as famílias maior acesso a ligações domésticas.

d) Eficiência

Definições do Indicador 5:

- Perdas de águas físicas - percentagem de água tratada e distribuída.
- Perdas de águas comerciais (ou água não contabilizada) -Água que se perde entre a captação/tratamento e a distribuição.
- Continuidade do fornecimento de água - Tempo médio de fornecimento de água aos consumidores.
- Tratamento de lamas fecais -% de lamas fecais tratadas.

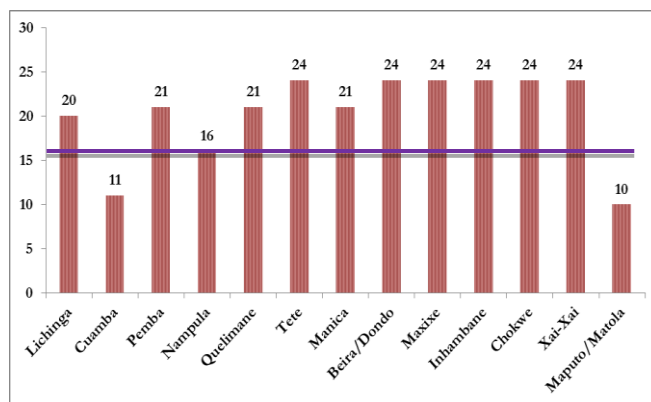
A eficiência dos sistemas de abastecimento de água é medida pela percentagem de perdas de água (físicas e comerciais) e pela continuidade do fornecimento de água (tempo médio de fornecimento de água aos consumidores). O indicador ‘Continuidade do fornecimento de água’ avalia o nível de disponibilidade de água aos consumidores, e é medido como sendo a média das horas de distribuição de todos os centros distribuidores dum sistema, enquanto o indicador ‘percentagem de perdas de água’ avalia a percentagem da água que deu entrada no sistema e que não é facturada, mesmo que esteja a ser consumida ilegalmente. O indicador do saneamento urbano ‘percentagem de lamas fecais tratadas’ não tem dados que permitam fazer qualquer avaliação objectiva, por isso não será abordado.

Na sua avaliação, o CRA chama o indicador ‘**Continuidade do fornecimento de água**’ por ‘Tempo médio de distribuição’ e conjuga-o com outros como o da pressão, pois, os consumidores nas extremidades da rede, normalmente recebem menos horas relativamente aos consumidores próximos aos centros distribuidores. Da figura 4 observa-se que, com excepção de Lichinga e Cuamba que tiveram 10 e 11 horas de distribuição respectivamente, todos os sistemas principais têm desempenho acima das 16 horas, que era o alvo fixado para 2011.

O relatório do CRA atribui o desempenho insuficiente do sistema de Maputo/Matola a pouca disponibilidade de água face ao crescimento de novas ligações domiciliárias, devido ao atraso dos investimentos de ampliação da capacidade de produção e de reabilitação das condutas adutoras que possibilitariam reduzir as perdas de água. Explica ainda que o sistema de Cuamba está a beneficiar-se de obras de reabilitação e expansão no âmbito da implementação do Projecto NPTWSSP4 o que permitirá melhorar a sua exploração.

⁷ WSP (Outubro de 2012). A Monitoria de Água e Saneamento pelos Líderes Locais nos Bairros Peri-urbanos de Maputo.

Figura 4 – Tempo médio de distribuição nos sistemas principais



Pemba (40%), Lichinga (41%) e Cuamba (38%), apresentaram desempenho insuficiente, ou seja, a água não facturada esteve acima do nível julgado bom (35%) em 2011. Considerou como tendo um desempenho bom os sistemas de Inhambane e Chókwe e que assumiu os valores reportados abaixo de 25% com certa reserva e que serão sujeitos a uma validação cuidadosa.

O número de pessoas afectadas pelo desempenho insuficiente dos sistemas de Maputo/Matola, Manica, Pemba, Lichinga e Cuamba representa pouco mais que 50% da população urbana do país, e este facto leva a que de forma global o indicador das perdas tenha tido um desempenho insuficiente em 2011.

e) Qualidade da água

Definição do Indicador 6:

- % das amostras dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Regulamento sobre a Qualidade de Água para Consumo Humano. Humano.

O indicador de qualidade de água é definido como a “percentagem das amostras dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Regulamento sobre a Qualidade de Água para Consumo Humano”. Pelo Regulamento sobre a Qualidade de Água para o Consumo Humano são obrigatórios 43 indicadores, distribuídos entre parâmetros microbiológicos (3), parâmetros físicos e organolépticos (7) e parâmetros químicos (33). O CRA estabeleceu um limite mínimo de 11 e máximo de 33 parâmetros.

O CRA analisa o indicador de qualidade em termos de “conformidade das amostras analisadas” e o “número de parâmetros analisados”. Segundo o CRA 2012⁸, o indicador de conformidade das amostras analisadas é definido como a percentagem do número total de análises realizadas a água tratada cujos resultados estão em conformidade com a legislação moçambicana. Nesta análise avalia-se a conformidade de três parâmetros, nomeadamente, coliformes fecais por terem maior incidência na saúde pública, o cloro residual por prevenir a contaminação e turvação devido ao aspecto visual.

Por este critério, à excepção dos sistemas de Maputo/Matola (87%), Beira/Dondo (69%), Manica (70%), Tete (70%) e Quelimane (70%) que não atingiram a conformidade requerida de 100% das amostras, todos restantes 10 sistemas tiveram um desempenho bom em 2011.

⁸ CRA (Outubro de 2012, 21). Relatório ao Governo 2011.

O número de parâmetros analisados avalia o desempenho das empresas em relação ao número de parâmetros efectivamente analisados comparativamente ao número exigido pelo contrato. Segundo o CRA 2012, o número de parâmetros foi fixado, nos respectivos contratos, em 33 para os sistemas de Maputo/Matola, Beira/Dondo, Quelimane, Nampula e Pemba. Enquanto, nos quatro sistemas do sul, Xai-Xai, Chókwè, Inhambane e Maxixe, integrados em 2004, o número de parâmetros foi fixado em 12. Para as empresas de Tete/Moatize, Manica, Nacala, Angoche, Lichinga e Cuamba, por terem sido recentemente integradas e não existia ainda, em 2011, um mecanismo formal de regulação entre o CRA e estas, não tem ainda referência em relação ao número de parâmetros que deverão ser controlados, o que entretanto foi resolvido em 2012.

O sistema de Maputo/Matola, cujo valor de referência fixado no contrato de 33, analisou 31 parâmetros de qualidade de água, situando desta feita abaixo do requerido. Os restantes sistemas cumpriram com o objectivo relativamente ao valor de referência mínimo, em que o número de parâmetros a analisar é 11.

2.2.3. Indicadores dourados da gestão de recursos hídricos

Na linha da discussão dos indicadores de todos sectores, por decisão da RAC 2011, o subsector de gestão de recursos hídricos fez a revisão dos seus indicadores, mas não estabeleceu metas para 2015 em todos indicadores e geralmente tem poucos dados, o que vai dificultar a avaliação. No mínimo, cada um dos indicadores deveria ter uma meta a médio prazo.

A tabela do anexo 4 apresenta os principais indicadores propostos e que o SINAS tentará recolher de forma mais sistemática nos próximos anos. São propostos um total de 4 indicadores e 7 definições. Os indicadores incluem a população afectada por eventos extremos (cheias e secas), capacidade de armazenamento de água quando comparada com a capacidade instalada, o número de estações hidroclimatológicas construídas e reabilitadas e infra-estruturas de retenção construídas.

Os indicadores “1 - população afectada por eventos extremos” - que avalia o número de pessoas afectadas pelas cheias e secas num determinado período, “2 - Nível de armazenamento de água” - que avalia a quantidade de água armazenada num dado período versus a capacidade instalada, não serão avaliados por falta de dados.

a) Estações hidroclimatológicas e telemétricas construídas e reabilitadas

Definição do Indicador 3:

- Número de estações hidroclimatológicas e telemétricas construídas e reabilitadas por ano.

Estações hidroclimatológicas são unidades automáticas de monitoria compostas por sensores tais como os de nível, de radiação solar, de vento, de humidade, de pressão, pluviómetros, evaporímetros, sondas de qualidade de água, dentre outros, para obtenção de dados primários para modelos hidrológicos, hidráulicos, climatológicos e de qualidade de água⁹.

Foram reabilitadas todas 50 estações hidroclimatológicas previstas no PES 2012, representando uma execução de 100% do plano. Com estas 50 reabilitações, eleva-se para 432 o número total de reabilitações efectuadas entre 2005 – 2012, devendo ser considerado um desempenho bom, pois precisa-se construir em média 78 estações hidroclimatológicas por ano para atingir as 666 planificadas para 2015.

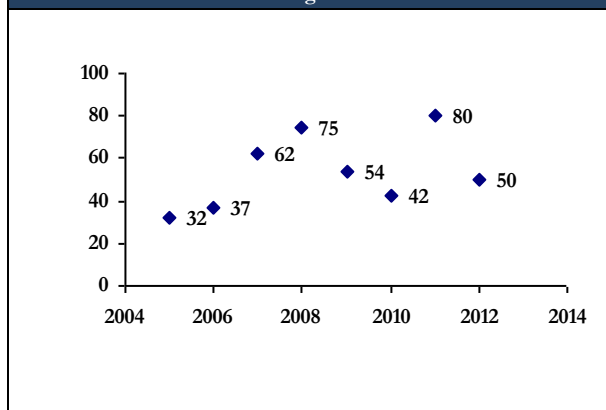
⁹ Fractal Engenharia. Acedido em http://fractaleng.com.br/?page_id=180 no dia 10 de Março de 2012 .

Esta avaliação é conservadora, pois em 2011 foram feitas 80 construções/ reabilitações (fig. 5). Mas, a falta de recursos financeiros tem estado na origem de fracos desempenhos nestes oito anos, necessitando-se de uma melhoria significativa na mobilização de recursos e processos de aquisição e licitação dos trabalhos para o subsector.

Em relação as estações telemétricas de um total de 30 planificadas foram, instaladas 2 estações na bacia do Búzi, o que corresponde a uma execução de 7%. Concorreram para esta baixa execução os seguintes factores:

- As 2 executadas faziam parte de 6 estações para as bacias do Rovuma, Búzi e Save, e foram financiadas pelo projecto cooperação triangular (Moçambique, Alemanha, Brasil), As restantes 4 serão financiadas pelo projecto das bacias partilhadas do Rovuma, Búzi e Save, e estão na fase de avaliação das propostas dos concorrentes;
- Está em curso a reabilitação de 18 estações na bacia do Limpopo, sua conclusão ficou comprometida por causa das cheias do ano hidrológico 2012/13;
- Foi cancelado um concurso, porque as propostas dos concorrentes estavam acima dinheiro disponível, e previa a reabilitação de 6 estações na bacia do Maputo.

Figura 5 – Capacidade de construção e reabilitação de estações hidroclimatológicas 2005 - 2012



b) Infra- estruturas de retenção construídas e reabilitadas

Definições do Indicador 4:

- Número de barragens grandes em construção e concluídas por ano.
- Número de barragens médias construídas por ano.
- Número de barragens pequenas construídas e reabilitadas por ano.
- Número de represas construídas e reabilitadas por ano.

Os resultados das definições do ‘número de barragens grandes em construção e concluídas por ano’, ‘número de barragens médias construídas por ano’ e ‘número de barragens pequenas construídas e reabilitadas por ano’ não foram apresentados na matriz dos indicadores de recursos hídricos. Para uma análise mais objectiva seria benéfico que o subsector de recursos hídricos, começa-se a povoar a matriz que elaborou, de modo a facilitar a avaliação do seu desempenho.

O relatório de balanço do PES 2012, reporta processos tais como:

- Instalação de sistema de informação de gestão de recursos hídricos;
- Realização de estudos e implementação do sistema de monitoria de águas subterrâneas;
- Estabelecimento de comités de bacias hidrográficas;
- Controlo e monitoramento para a segurança de barragens;
- Monitoramento da cooperação das bacias partilhadas.

Do ponto de vista de análise de desempenho, não definido qualquer meta e indicador para estas actividades.

Maior parte das acções de construção e reabilitação de represas e ou reservatórios escavados, foram realizadas fora do PES 2012, e a participação dos Governos Locais na elaboração dos planos anuais precisa de ser

melhorada. A planificação destas obras deveria basear-se numa planificação de longo prazo, onde os grupos de consulta locais e seus líderes identificariam as necessidades e suas prioridades.

No âmbito do PES 2012, foram construídas as represas (reservatórios escavados) de Mavanza e de Madila, no Distrito de Vilankulo. Inicialmente, tinha sido proposta a construção da represa de Bembe, no Distrito de Vilankulo. Entretanto, o Governo do distrito indicou como prioridade a construção do reservatório escavado de Mavanza. Ainda no mesmo distrito de Vilankulo, tinha sido planificada a construção da represa de Mavuiane, porém esta represa já estava inscrita no PES de 2011 e foi concluída em 2012. Assim, a represa de Mavuiane foi substituída pela construção dum reservatório escavado em Madila. Estas mudanças revelam um fraco envolvimento dos governos locais na planificação e também podem estar na origem dos atrasos na implementação dos planos anuais.

Em 2012 foi concluída a construção/reabilitação de 12 pequenas barragens, reservatórios escavados e represas em Chigubo (6), Chibuto (1) Morrumbene (1), Moatize (1), Moma (1) e Ilha de Moçambique (2). Estas intervenções contribuem para aumentar em 314.000 m³ a capacidade de armazenamento de água.

Para além de colocação de alvos de médio prazo nos indicadores definidos, outro elemento importante que o subsector de recursos deveria incluir nos seus relatórios, seria a contribuição de cada unidade de barragem, represa e reservatório construídos, no volume total de armazenamento.

2.3 Actividades realizadas no âmbito do SINAS

O SINAS não desenvolveu um quadro de indicadores para medir o seu próprio desempenho, mas com o passar do tempo, deverá. Durante os últimos 7 anos o SINAS tem estado na dianteira das actividades ligadas a monitoria da área de águas, e importantes progressos foram feitos na melhoria do processo de recolha, armazenamento, processamento e análise de dados em com vista a uma melhor planificação e medição do impacto das acções da área de águas.

A principal estratégia de implementação do SINAS é a capacitação dos actores a todos níveis. Assim, e no âmbito do PES de 2012, foram capacitados 76 técnicos distritais e provinciais em operação da base de dados informatizada, foram treinados 368 Chefes de Localidade e 199 Chefes de Postos Administrativos no uso de instrumentos de recolha de dados e informações sobre o Abastecimento de Água e Saneamento Rural. Preve-se que estas actividades continuem de forma específica em 2013, nas províncias de Gaza, Manica, Nampula e Niassa.

Ainda como resultado desse amplo processo de capacitação, foram digitalizadas para a Base de dados 2.237 fontes dispersas, realizada a optimização da base de dados informatizada, processo durante o qual foram agregadas as componentes dos Sistemas de Abastecimento de Água e a frente do Saneamento. Foi também desenvolvida uma plataforma a ser usada pelo SDPI's e que é convertível para a Base de Dados em Access instalada nas DPOPH's. Os detalhes dessas actividades podem ser vistas no anexo 5.

Apesar dos progressos verificados na implementação do SINAS, a alocação de mais recursos financeiros e humanos é necessária. Uma estimativa realizada pela DNA indica necessidades financeiras da ordem de \$1 milhão de dólares americanos por ano, e a alocação de recursos humanos em todas frentes de produção de dados.

2.4 Assuntos chave e recomendações

2.4.1 Assuntos chave

- O indicador do produto do QAD de abastecimento de água rural teve um carácter decrescente em 2012, em resultado do estudo de base do PRONASAR que mostrou que existiam em 2011, 16.928 fontes, 2 mil fontes menos que as que tinham sido planificadas no QAD do mesmo ano (18.900), mas o seu desempenho global pode ser considerado bom. Enquanto isso, o indicador de produto do QAD do saneamento urbano teve um desempenho insuficiente.
- Somente cerca de um terço dos agregados familiares das zonas rurais do país (32%) leva menos que 30 minutos para chegar à fonte de água e voltar, denotando-se um desempenho insuficiente. A elevada percentagem de pessoas que ainda anda mais que 30 minutos, leva a que não utilizem mais do que a quantidade base exigida para a higiene, beber e cozinhar (16 litros per capita por dia).
- A taxa de uso de **infra-estruturas seguras de saneamento** foi de cerca de 12% em 2011, enquanto a taxa de uso de qualquer infra-estrutura de saneamento foi de 51%. O uso de de infra-estruturas seguras de saneamento tem crescido a uma taxa consistente mas modesta de cerca de 1% ao ano desde 2004, o que mostra um desempenho insuficiente. A taxa de uso de fontes dispersas de **água rural** foi de 45% em 2011, um incremento médio anual de 6%, desde 2007. É um desempenho bom, considerando o alvo de 63% da população em 2015.
- Verificou-se uma grande variabilidade nas taxas de **operacionalidade de fontes dispersas** de água rural entre as províncias, cujas causas são ainda desconhecidas. A taxa nacional de operacionalidade das fontes dispersas baixou em 10,2% saindo dos 90,2% em 2010, para 80% em 2011. Experiências doutros países mostram que este nível de desempenho deve ser considerado bom, mas mostram também que quando a funcionalidade atinge estes níveis, estagna-se, necessitando-se de medidas adicionais. Por outro lado a proporção das reabilitações entre 2007 – 2012 situou-se em 42%, sugerindo que o nível de sustentabilidade não está necessariamente a melhorar.
- Apesar da relativa redução da média anual de **construção de fontes**, continua válido dizer-se que a introdução de contratos de perfuração de grandes lotes e de períodos mais longos, tem produzido efeitos positivos na manutenção de uma capacidade de construção, do sector privado, de cerca de 2450 fontes por ano desde 2007. Em termos gerais a capacidade cresceu duma média de cerca de 1000 fontes por ano entre 2000 – 2005 para uma média de cerca de 2450 fontes por ano, um ritmo suficiente para o alcance das metas do PQG 2010 – 2014 e dos ODMs em 2015.
- Embora o número de **latrinas construídas**, nas zonas rurais, se situe a volta das 200 mil latrinas por ano desde 2008, dificilmente serão cumpridas as metas do PQG e dos ODM em 2014 e 2015 respectivamente. Das 169.424 latrinas construídas em 2012, somente cerca de 13% são consideradas latrinas melhoradas e contam para o acesso nas estatísticas oficiais.
- O **saneamento urbano** (latrinas melhoradas, as fossas sépticas e as ligações a rede de esgotos) tem apresentado sistematicamente desempenhos insuficiente. As principais explicações incluem a incidência da pobreza que enfraquece as capacidades de financiamento das famílias, a falta de planificação e responsabilização pela gestão do saneamento e a falta de informação.
- Observou-se um desempenho positivo no acesso a fontes de água seguras, no uso dos serviços de água, no número de infra-estruturas construídas e reabilitadas, qualidade da água e na eficiência dos

sistemas principais de abastecimento de água, mas foi difícil estimar o desempenho dos sistemas secundários de abastecimento de água por insuficiência de dados.

- A reabilitação de 50 estações hidroclimatológicas em 2012, elevou para 432 o número total de reabilitações efectuadas entre 2005 – 2012. O alvo deste indicador é construir 666 estações em 2015, o que significa conseguir recursos e capacidade para construir/reabilitar em média 78 estações hidroclimatológicas por ano.
- Maior parte das acções de construção e reabilitação de represas e ou reservatórios escavados, foram realizadas fora do PES 2012, e a participação dos Governos Locais na elaboração dos planos anuais precisa de ser melhorada.
- Durante os últimos 7 anos o SINAS tem estado na dianteira das actividades ligadas a monitoria do sector, e importantes progressos foram feitos na melhoria do processo de recolha, armazenamento, processamento e análise de dados em com vista a uma melhor planificação e medição do impacto das acções do sector.

2.4.2 Recomendações

- Os valores reportados de operacionalidade das fontes de água rurais devem ser assumidos com certa reserva, ponderando-se cada um dos casos e procedendo-se avaliações rigorosas, no âmbito do SINAS. A criação de Equipas Técnicas Provinciais de Planificação compostas pelos Departamentos de Água e Saneamento (DAS), os Serviços de Planeamento e Infra-estruturas (SDPI) e ONGs que fariam esse trabalho nos seus distritos, poderia ser um ponto de partida a se considerar.
- Altos padrões de consumo de água, em comunidades disperas, poderão ser atingidos através de incentivos a suplementação das fontes comunais com soluções de auto-abastecimento adequadas à situação hidrológica de cada zona (exemplos de poços familiares e captação de água de chuva).
- Para corresponder com os esforços de construção das latrinas pela população rural, no âmbito do SANTOLIC, recomenda-se o sector a continuar com o processo de revisão dos parâmetros de cálculo das taxas uso de infra-estruturas de saneamento.
- Recomenda-se que o sector realize estudos comparativos rigorosos, entre as províncias, para determinar as causas das grandes variabilidades na operacionalidade de fontes dispersas; enquanto em termos operacionais deveria ser melhorado o envolvimento dos líderes locais nas estruturas de gestão, mais apoio pós-entrega dos comités de água, capacitações em massa das comunidades e promoção da assistência técnico-mecânica, através de empreendedores locais.
- Seria recomendável a documentação da estratégia financeira e partilha de riscos associados à implementação dos contratos para grandes lotes de perfuração.
- De modo a beneficiar da experiência no financiamento e gestão do património, recomenda-se que a AIAS inicie parcerias com o FIPAG.
- A planificação destas Obras Hidráulicas deveria basear-se num processo de planificação participativa de longo prazo, onde os grupos de consulta locais e seus líderes identificariam as necessidades e suas prioridades. Adicionalmente deveriam os Comitês de Bacias deveria ser usados como órgãos de consulta na elaboração dos planos anuais.

- Apesar dos progressos verificados na implementação do SINAS, a alocação de mais recursos financeiros e humanos é necessária. Uma estimativa realizada pela DNA indica necessidades financeiras da ordem de \$1 milhão de dólares americanos por ano, e a alocação de recursos humanos em todas frentes de produção de dados.

3. QUADRO INSTITUCIONAL DO SECTOR DE ÁGUAS

O MOPH é o organismo do Governo com a autoridade sobre as obras públicas e gestão dos recursos hídricos, que dirige e controla superiormente as actividades do sector de Águas. A Direcção Nacional de Águas (DNA) é o órgão do MOPH responsável pelo abastecimento de água potável às populações, pelo saneamento e pela gestão dos recursos hídricos. O Diploma Ministerial nº 142/2012 de 11 de Julho, aprovou o novo regulamento interno da DNA de modo que a sua organização e funcionamento se adequem aos novos desafios do sector. A DNA é actualmente constituída por sete departamentos, dez repartições e uma secretaria central¹⁰ (fig.6).

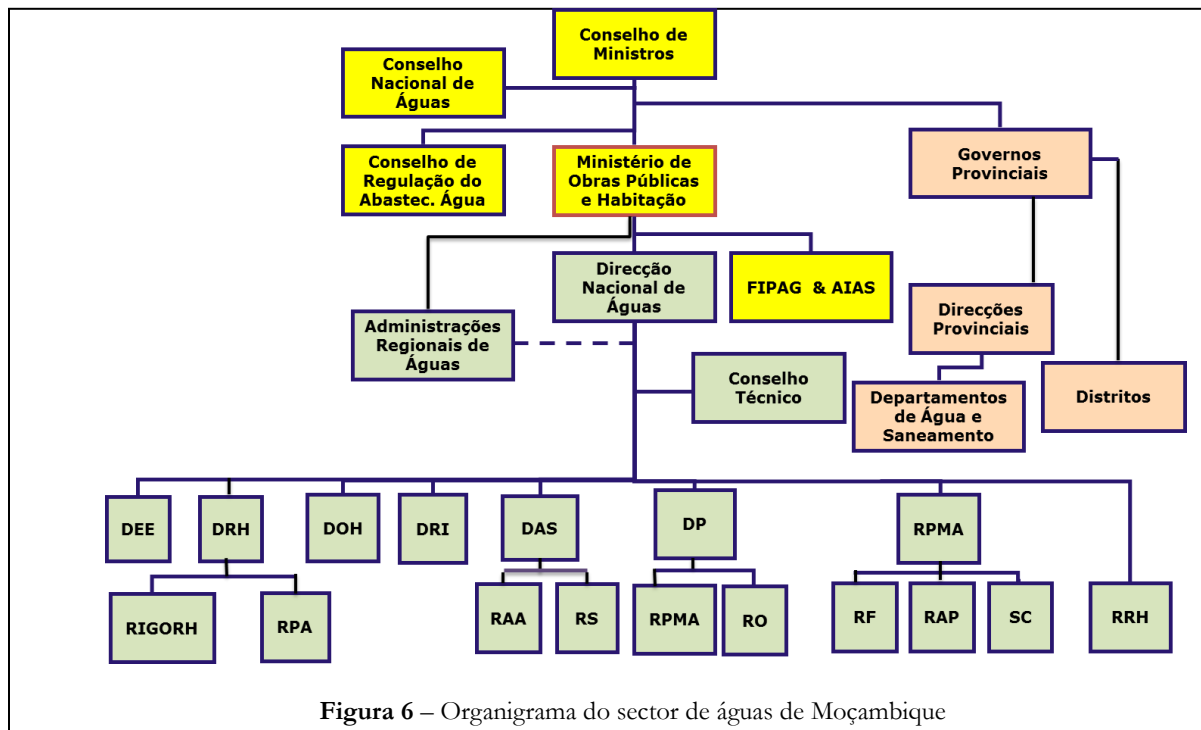


Figura 6 – Organograma do sector de águas de Moçambique

Conselho Nacional de Águas - É o órgão consultivo do Conselho de Ministros e de coordenação interministerial encarregado de se pronunciar sobre aspectos relevantes da política geral de gestão das águas e zelar pelo seu cumprimento.

Conselho de Regulação do Abastecimento de Água (CRA) – O CRA é uma entidade de direito público, dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira. Pelo Decreto 74/98 de 23 de Dezembro e Decreto 18/2009 de 13 de Maio, é responsável por conciliar os interesses dos utentes

¹⁰ Departamentos de Estudos Estratégicos, dos Recursos Hídricos (Repartição de Informação e Gestão Operacional dos Recursos Hídricos, e de Planeamento e Ambiente), de Obras Hídricas, dos Rios Internacionais, de Água e Saneamento (Repartições de Abastecimento de Água, e de Saneamento), de Planeamento (Repartições de Planificação, Monitoria e Avaliação, e do Orçamentação), Administração e Finanças (Repartições das Finanças, e de Administração e Património) e a Repartição dos Recursos Humanos.

dos serviços públicos de abastecimento de água e os operadores dos sistemas primários e secundários, assegurando o equilíbrio entre a qualidade do serviço prestado e a sua adequação aos interesses dos utentes e a sustentabilidade económica dos sistemas de abastecimento de água. Esse mandato foi alargado aos sistemas de drenagem de águas residuais.

Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água (FIPAG) - O FIPAG é o órgão responsável por gerir o património e o programa de investimento público nos sistemas de abastecimento de água que lhe forem confiados, promover o seu desenvolvimento e sustentabilidade económica e acompanhar a delegação da gestão dos sistemas de abastecimento de água a operadores privados. Foi estabelecido em 1998, através dos Decretos 72/98 e 73/98 (23 de Dezembro de 1998). O Decreto no 18/2009 de 13 de Maio atribui ao FIPAG a responsabilidade de investir e assegurar a operação dos sistemas principais de abastecimento de água, que servem os centros urbanos cuja população representa cerca de 80% da população urbana.

Administração de Infra-estruturas de Água e Saneamento (AIAS) – Pelo Decreto nº 19/2009 de 13 de Maio, foi criada a AIAS e os Conselhos Provinciais de Água e Saneamento (CPAS), para tomar responsabilidade pelo abastecimento de água e saneamento nas áreas urbanas secundárias (20% da população urbana) e pelos sistemas de drenagem de águas residuais em todas as áreas urbanas, mas sem obrigação de recuperar os custos de capital. Pelo Diploma Ministerial nº 257/2011 de 14 de Novembro, foram criadas Delegações Provinciais da AIAS em todas as províncias. Até ao momento estão em funcionamento as Delegações de Nampula e Cabo Delgado, em regime piloto. Nas outras províncias a instalação será feita a medida das condições de cada uma.

Administração Regional de Águas (ARA) – Criadas pelo Decreto 26/91 de 14 de Novembro as ARAs são responsáveis pelo desenvolvimento e a gestão operacional dos recursos hídricos, em todo o país. São 5 Administrações Regionais de Águas: ARA-Sul, ARA-Centro, ARA-Zambéze, ARA-Centro-Norte e ARA-Norte. Actualmente, apenas a ARA-Sul está totalmente operacional, estando as outras em várias etapas do seu desenvolvimento. Cabe às ARAs assegurar a disponibilidade de água (superficial bem como subterrânea) em quantidade e qualidade suficientes e a sua atribuição aos seus vários utentes. A água para o consumo humano sempre tem prioridade. Para custear a operação, manutenção e gestão (OMG) e uma parte dos investimentos em infra-estruturas, as ARAs vendem água bruta aos utentes, a tarifas fixadas periodicamente pelo Governo.

Departamento de Estudos Estratégicos (DEE) – O DEE tem mais a imagem de um “think tank” do sector de águas, assumindo parcialmente os mesmos papéis que o Departamento de Planificação (DP), especialmente no que diz respeito a elaboração dos planos estratégicos de longo prazo do desenvolvimento dos recursos hídricos, abastecimento de água e saneamento. No fórum operacional será necessário que se dê mais explicações as balizas (de tempo) de cada um dos departamentos. As áreas particulares do DEE incluem, propor a realização de investigação técnico-científica em coordenação com instituições afins, sobre recursos hídricos, abastecimento de água e saneamento, realização de estudos estratégicos do sector de águas, elaboração de modelos de desenvolvimento e capacitação institucional, desenvolvimento e gestão de um centro de documentação do sector de águas, preparação da legislação, políticas e estratégias de desenvolvimento de recursos hídricos, abastecimento de água e saneamento, bem como assegurar a sua divulgação, assistência técnico-jurídica e elaboração de pareceres sobre contratos, acordos e outros instrumentos legais, e assegurar que os acordos e outros instrumentos legais relativos as bacias internacionais estejam em harmonia com os objectivos do país e da região.

Departamento de Recursos Hídricos (DRH) – O DRH tem duas repartições, a de Informação e Gestão Operacional dos Recursos Hídricos (RIGORH) e a de Planeamento e Ambiente (RPA). O DRH é a entidade

dentro da DNA responsável pela gestão global dos recursos hídricos incluindo os aspectos sócio-económicos, culturais, turísticos e ambientais relacionados, bem como pela coordenação e supervisão das actividades de todos intervenientes no processo. As taferas concreta do DRH incluem propor a definição de normas de conservação, zonas de protecção dos aquíferos e regulamentos de uso e aproveitamento de recursos hídricos, assim como garantir o seu cumprimento, definição das normas técnicas e metodológicas de gestão operacional, planificação, estudos e projectos, promoção do equilíbrio ambiental pela introdução de normas de qualidade, elaboração e actualização de cadastro nacional de utilização, definição de redes hidroclimatológicas especiais, e promover a coordenação entre as instituições afins.

Departamento de Obras Hidráulicas (DOH) – Promove a construção de obras hidráulicas, coordenando e supervisionando as actividades dos outros actores e mobiliza os respectivos financiamentos. Mais concretamente o DOH tem por funções identificar e promover estudos para a construção de obras hidráulicas estratégicas, elaborar projectos tipo de obras de pequena dimensão de retenção de água, criar e manter actualizado um banco de dados de obras hidráulicas, contribuir na definição e adopção de normas sobre projectos, construção e segurança de infra-estruturas hidráulicas; elaborar modelos de gestão e de análise dos dados de exploração e observação das infra-estruturas hidráulicas; manter informação sobre a inspecção, inventariação e registo de infra-estruturas hidráulicas; elaborar propostas de acções de mobilização de financiamento para a construção de infra-estruturas hidráulicas.

Departamento de Rios Internacionais (DRI) – O DRI promove, facilita e coordena a cooperação no domínio das águas entre Moçambique e outros Estados, nomeadamente aqueles que com Moçambique partilham as bacias internacionais. O DRI tem por funções específicas, propor a definição das linhas gerais sobre gestão dos rios internacionais, coordenar com os Estados ribeirinhos o planeamento conjunto e harmonização das estratégias de desenvolvimento dos recursos hídricos das bacias hidrográficas, preparar acordos de cooperação sobre os recursos hídricos partilhados, preparar os planos de monitoramento dos acordos sobre as bacias partilhadas, contribuir para manter actualizada a informação sobre o uso aproveitamento dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas partilhadas, criar e manter uma base de dados relativa aos acordos internacionais e outros actos similares, preparar a participação de Moçambique nas reuniões ou negociações sobre os rios internacionais, e assegurar o acesso a informação hidrológica das bacias hidrográficas internacionais.

Departamento Água e Saneamento (DAS) - É a unidade da DNA encarregue de planear e supervisionar as acções de abastecimento de água potável nos assentamentos urbanos e rurais. Resultou da fusão dos então Departamentos de Água Urbana (DAU), de Água Rural (DAR) e de Saneamento (DES). O DAS compreende actualmente as Repartições de Abastecimento de Água (RAA) e de Saneamento (RS). As atribuições deste novo departamento incluem, contribuir para definição de políticas e estratégias, modelos de gestão sustentável, investigação de técnicas adequadas a diferentes aglomerados populacionais, monitoria, criar e manter actualizado um subsistema de informação do abastecimento de água e saneamento, desenvolver instrumentos para o envolvimento do sector privado e das organizações da sociedade civil, monitorar o desenvolvimento do quadro da gestão delegada, realizar estudos de estrutura de custos dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento; propor a definição de normas e regulamentos, e elaborar pareceres sobre estudos e projectos de abastecimento de água e saneamento.

Departamento de Planificação (DP) – A luz das recentes reformas da DNA, algumas funções do antigo Gabinete de Planeamento e Controlo foram absorvidas pelo DEE, especialmente nas que dizem respeito ao planeamento estratégico de longo prazo. A atribuição geral do DP compreende a preparação e coordenação do processo de planificação do sector de águas. Mais especificamente, o DP também é responsável pelo

planeamento estratégico e de investimentos de médio e longo prazos do sector de águas, monitorar a sua implementação e propor medidas correctivas. As funções estendem-se ainda a monitoria e tratamento de dados estatísticos relativos aos programas de investimento, ao sistema nacional de informação do sector de águas, a elaboração dos relatórios de desempenho do sector de águas, mobilização de investimentos e a criação e manutenção do portal de águas na *internet*.

Departamento de Administração e Finanças (DAF) – As responsabilidades deste departamento incluem a elaboração e execução de planos financeiros e a gestão do orçamento corrente e do património. O DAF e o DP trabalham em cooperação com o Departamento de Planificação e Investimentos do MOPH, a Direcção Nacional do Plano e Orçamento do Ministério do Plano e Desenvolvimento, o DAF do MOPH, a Contabilidade Nacional Pública e com o Tesouro do Ministério das Finanças.

Repartição de Recursos Humanos (RRH) – É o organismo que tem por função criar, manter e desenvolver um contingente de pessoas com habilidades, motivação e satisfação para realizar os objectivos do sector de águas. Actualmente esta unidade trabalha com assuntos transversais tais como os de VIH/SIDA e género.

A nível das Províncias a responsabilidade pelas actividades do sector é dos Departamentos de Água e Saneamento (DAS), dentro das **Direcções Provinciais de Obras Públicas e Habitação (DPOPH)**. Cada DAS tem um quadro técnico composto de alguns engenheiros e técnicos médios, que fazem as contratações e prestam apoio aos operadores dos sistemas de abastecimento e às actividades de saneamento na respectiva Província.

Além destas entidades governamentais, existem outras sob a tutela do MOPH com responsabilidades sectoriais, tais como a formação. Esta actividade vem sendo realizada há mais de 30 anos pelo **Centro de Formação Profissional de Água e Saneamento (CFPAS)** que forma quadros e faz pesquisas aplicadas para o sector. Hoje, com a descentralização e a liberalização de muitas actividades anteriormente financiadas exclusivamente pelo estado, a situação é bem diferente. O CFPAS também precisa se adaptar a esta nova realidade, e já está a introduzir iniciativas para o efeito. Porém, a transição de entidade estatal de ensino para empreendedor num mercado competitivo ainda não foi feita. Do ponto de vista sectorial, não há dúvidas que existe uma necessidade crescente para capacitação a todos os níveis.

Os Governos Locais (Distritos e Municípios) - A lei Lei 8/03 reafirma a competência dos órgãos locais para realizarem investimentos no abastecimento e saneamento. Com efeito, especialmente os municípios maiores, fazem alguns investimentos na extensão da rede de distribuição de água, muitas vezes com fundos oriundos de projectos de melhoramento urbano. A descentralização de fundos de água rural desde 2007, trouxe alguma dinâmica e maior responsabilização dos Governos Locais e os processos de planificação vão crescendo.

Comunidade - A comunidade é o primeiro cliente das actividades do sector de águas. Nas áreas rurais, as comunidades são responsáveis por exigir, fazendo contribuição em dinheiro para despesas de capital e operação e manutenção de abastecimento de água e saneamento. Uma comissão de usuários da água, muitas vezes referida como um Comité de Água e Saneamento (CAS) deve, idealmente, ser estabelecida em cada ponto de água. As opções de provisão das zonas urbanas incluem ligações domiciliárias, fontanários, compra ao vizinho, fornecimento em tanques e bombas manuais. Por isso, prevalecem princípios de abastecimento distintos e várias formas de organização, desde os Comités de Água, Operadores Privados de fontanários, etc.

4. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO SECTOR EM 2012

Este capítulo define o desempenho financeiro geral para o Sector de Águas e o exercício financeiro de 2011. Apresenta uma visão geral das dotações orçamentais, os fundos libertados e o montante gasto na execução das actividades do sector.

4.1 Gestão de finanças públicas

A planificação, orçamentação e gestão financeira do sector público são implementadas por intermédio do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), criado pela Lei 9/2002 de 12 de Fevereiro e do Regulamento do SISTAFE, aprovado pelo Decreto n.º 23/2004, de 20 de Agosto. O Governo funciona ao abrigo de um sistema de planificação e orçamentação unificado. As actividades do Governo ao nível central, provincial e distrital estão inseridas no Plano Económico e Social (PES) e no Orçamento de Estado (OE) a ele associado. O PES consolida os planos sectoriais e provinciais que, cada vez mais, são elaborados com base nos planos distritais.

Para melhorar a exactidão e a inclusão da planificação distrital e provincial, as actividades relevantes das ONGs, do sector privado e outros têm sido captadas e incluídas nos planos, orçamentos, monitoria e actividades de prestação de contas. Isto requer procedimentos eficazes de recolha de dados, com base em monitoria regular, fluxos de informação e relatórios entre comunidades, distritos, províncias, DNA, Governo, parceiros de desenvolvimento e outros.

O PES e o OE do Governo reflectem as prioridades tal como definidas no Plano Quinquenal do Governo, que desde 2010 é operacionalizado por intermédio do PARP. Além disso, a elaboração tanto do PES como do OE têm em conta as projecções financeiras do Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP), que fornece o envelope financeiro a médio prazo para todos os programas do governo e faz a ligação entre os planos e orçamentos anuais e a médio prazo.

4.2 Execução Orçamental do Sector de Águas

O presente relatório apresenta a execução do Orçamento do Estado, através do financiamento interno e externo. O Financiamento Interno é composto pelo Orçamento de Funcionamento e de Investimento. A componente externa inclui projectos On-Budget on CUT (Conta Única do Tesouro) e On-Budget, off-CUT.

A semelhança dos anos anteriores e dos outros Sectores, as actividades do sector de águas para o exercício de 2012, foram financiadas por dois tipos de orçamentos: (i) Orçamento de Funcionamento, e (ii) Orçamento de Investimento.

O Orçamento de Funcionamento é financiado integralmente por fundos do Orçamento do Estado (OE). O funcionamento da Direcção Nacional de Águas (DNA) e outras instituições do Sector é em parte suportado pelos projectos de investimentos, incluindo o salário do pessoal fora do Quadro. Os salários do pessoal quadro, é gerido directamente pelo MOPH, não sendo fácil desvincular o salário do pessoal alocado a DNA e outras instituições. Para o exercício de 2012, foi efectuado um trabalho, com vista a escrutinar o valor do salário pago aos funcionários afectos a DNA.

O Orçamento de Investimento é financiado por fundos da componente interna e pelos fundos externos de parceiros de Apoio Programático (PAPs) e de parceiros de implementação de projectos, através de Organizações Governamentais e Não-governamentais nacionais e estrangeiras.

4.2.1 Orçamento de Funcionamento

O orçamento apresentado é referentes as instituições do nível Central nomeadamente DNA, Conselho de Regulamentação de Águas (CRA) e a Administração de Infra-estruturas de Água e Saneamento (AIAS) com

Níveis do Governo	Instituições	Dotação inicial	Dotação Actual	Execução	% Execução	Peso
Nível Central	DNA	17.270,40	17.270,40	17.170,40	99%	33%
	FIPAG	0,00	0,00	0,00	0%	0%
	CRA	24.283,12	3.478,35	3.206,85	92%	7%
	AIAS	6.979,00	3.741,69	3.697,14	99%	7%
Nível Provincial	ARA-Sul	8.893,28	8.808,38	8.789,98	100%	17%
	ARA Centro	14.158,00	3.530,40	3.501,40	99%	7%
	ARA Zambeze	6.490,00	6.605,60	6.605,40	100%	13%
	ARA C.Norte	3.895,11	3.870,77	3.870,60	100%	7%
	ARA Norte	3.733,55	4.442,82	4.442,82	100%	9%
	Total	85.702,46	51.748,41	51.284,59	99%	100%
<i>Fonte: Informação das instituições e do Sístafe de Janeiro-Fevereiro de 2013</i>						

excepção do Fundo de Investimento e Património de Águas (FIPAG) que não beneficia deste orçamento.

Em relação ao nível provincial (ARAs), foi possível captar a informação das Administrações Regionais de Águas (ARAs). Em relação as Direcções Provincias de Obras Públicas e Habitação (DPOPH), não se conseguiu obter a informação, dado que este orçamento é apresentado na globalidade, não sendo possível destrinçar o valor alocado aos Departamentos de Águas e Saneamento (DAS).

Para o presente exercício, o orçamento de Funcionamento, teve a dotação inicial no montante 85.702.460,00 meticais, a dotação actualizada de 51.748.410,00 meticais, a execução de 51.284.590 meticais Correspondente a 99% da dotação actualizada.

Importa referir que a dotação actualizada, resulta da capacidade de execução de cada projecto, pois o Ministério das Finanças ajusta os valores em função da execução, podendo diminuir nos casos em que a execução é baixa, e quando o projecto evidencia uma boa execução pode se solicitar o reforço ao Ministério das Finanças, e nesses casos a dotação actualizada aumenta.

Do total do orçamento de funcionamento (dotação actualizada) alocado ao sector, 24.490.440,00 meticais, correspondente a 47% foi gerido no nível central e 27.257.970,00 foram geridos pelo nível regional (ARAs). A distribuição dos valores pelas instituições dos níveis central e regional é mostrada na tabela 3.

a) Orçamento de Funcionamento – Nível Central

O orçamento de funcionamento alocado ao sector para o nível central teve a dotação inicial de 48.532.520,00 meticais, com dotação actualizada de 24.490.440,00 meticais, e uma execução de 24.074.390,00 meticais correspondente a 98%.

A DNA teve foi alocado cerca de 71¹¹% do valor total, seguido da AIAS com 15% e CRA com 14%. O FIPAG é a instituição que não se beneficia do orçamento de funcionamento, como se pode observar na distribuição dos valores pelas instituições do nível central mostrada na tabela 3.

¹¹ O valor de Funcionamento da DNA, foi obtido através dos salários pagos ao pessoal afecto a esta instituição

b) Orçamento de Funcionamento – Nível Provincial (ARAs)

O Orçamento total de funcionamento alocado para o exercício de 2012, a nível das ARAs teve a dotação inicial de 37.169,94 milhares de meticais, a dotação actualizada de 27.257,97 milhares de meticais, com uma execução de cerca de 100%.

Do total alocado as ARAs, 32% foi para ARA Sul, 24% para ARA Zambeze e 14% e 13% para as ARAs Centro Norte e Centro, conforme ilustra a tabela 3.

4.2.2 Orçamento de Investimento - Fundos Internos

O orçamento de Investimento para o exercício de 2012, a semelhança dos anos anteriores e dos outros sectores prioritários do Estado, foi financiado através dos fundos Internos e Externos. Em relação ao financiamento através dos Fundos Externos, existem fundos inscritos no Orçamento Estado denominado por *On-Budget* e os fundos não inscritos no Orçamento do Estado, denominado por *Off-Budget*.

Os Fundos *On-Budget* ainda divide-se em (i) *On-Budget, On-CUT*, aqueles que transitam pela Conta Única do Tesouro (CUT), e (ii) *On-Budget, Off-CUT*, os que não transitam pela Conta Única do Tesouro (CUT).

Para além desses fundos *On-Budget*, as actividades do Sector, são financiadas também pelos fundos *Off-Budget, Off-CUT*, estes não são inscritos no Orçamento do Estado e não transitam pela CUT.

O Orçamento do Estado, descrito é referente as instituições do nível Central, Provincial e as ARAs.

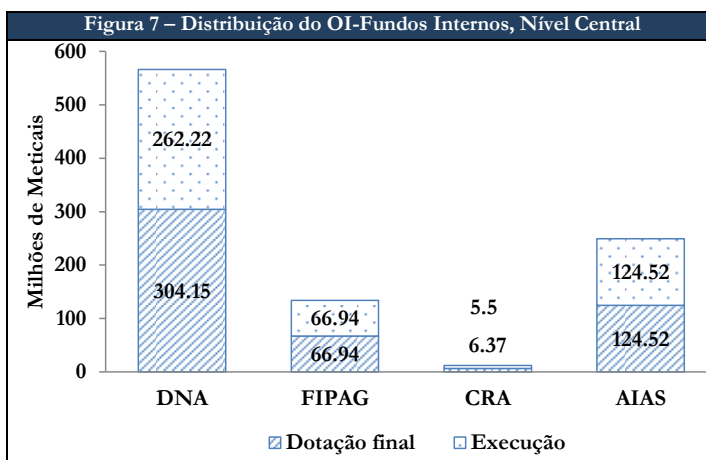
No exercício de 2012, foram desconcentrados fundos alocados directamente para as Províncias e Distritos, através do Ministério das Finanças e pela DNA, fundos do Orçamento do Estado a partir da componente interna e externa (Fundo Comum do ASAS e do Fundo Comum do PRONASA).

a) Orçamento de Investimento – Nível central

O nível central executou 459,180 milhões de Meticais, representando 91% da dotação final. O total de fundos de Investimento alocado ao sector de águas, para o nível central teve a dotação inicial de 359,115 milhões de Meticais, e dotação actualizada foi de 501,983 milhões de Meticais. Do valor atribuído ao nível central, 61% foi alocado a DNA, 25% a AIAS, 13% ao FIPAG e 1% ao CRA.

O FIPAG e a AIAS tiveram execução de 100% e 86% para DNA e CRA (fig.7). A execução da DNA também estaria na ordem dos 100%, isso deveu-se a falta de execução do Projecto de Moamba Major, com cerca de (13%), devido a problemas de carácter burocrático do País financiador da componente externa.

Devido a boa execução observada ao longo de 2012, o MF alocou a DNA um orçamento adicional de 187.039,99 milhares de meticais, incluindo a libertação do cativo obrigatório, no valor de 11.715.000,00 meticais.



b) *Orçamento de Investimento - Nível das ARAs*

O orçamento de investimento alocado para as ARAs, da componente de financiamento interno, teve a dotação Inicial de 117.388,85 milhares de meticais, a dotação actualizada de 206.416,34 milhares de meticais sendo a execução de 205.410,45 milhares de meticais, correspondente a cerca de 100%. Do valor atribuído as ARAs 88% foi para a ARA Sul, 7% para ARA Centro, 3% ARA Centro-Norte, 2% ARA Zambeze, 1% para ARA Norte (tab.4).

Descrição	Dotação inicial	Dotação Actual	Execução	%Execução	Peso
ARA Sul	150.000,00	182.226,00	182.184,43	100%	88%
ARA Centro	13.822,58	13.651,74	13.645,70	100%	7%
ARA Zam	4.826,21	3.298,54	3.298,54	100%	2%
ARA Centro-Norte	6.918,79	5.418,79	4.642,64	86%	3%
ARA Norte	1.821,27	1.821,27	1.639,14	90%	1%
Sub Total	177.388,85	206.416,34	205.410,45	100%	100%

Em relação a execução, ARA sul, Centro e Zambeze teve a execução de 100%, ARA Centro Norte 86% e 90% para ARA Norte.

c) *Orçamento de Investimento - Nível das Províncias (DPOPH's)*

O orçamento de investimento para as províncias, tal como tem vindo a acontecer nos anos anteriores, em 2012, foi financiado a partir da componente interna pelos fundos do Orçamento do Estado, directamente transferido pelo Ministério das Finanças alocou a disposição das Províncias para fins de reabilitação e construção das fontes dispersas, reabilitação dos Pequenos Sistemas e para a de Saneamento.

Por outro lado foram descentralizados fundos para as províncias a partir da DNA, também para fins de construção das fontes dispersas.

Os fundos de investimento interno alocados as províncias tiveram a dotação inicial de 108.583 milhares de meticais, dotação actualizada de 108.583 milhares de meticais, a execução de 93.621,70 milhares de meticais correspondentes a 86%.

Província	Dotação inicial	Dotação Actual	Execução	%Execução	Peso
Niassa	16.840,00	16.840,00	14.504,70	86%	16%
C.Delgado	9.608,00	9.608,00	7.792,00	81%	9%
Nampula	33.615,00	33.615,00	28.306,00	84%	31%
Zambezia	730,00	730,00	151,00	21%	1%
Tete	13.040,00	13.040,00	11.620,00	89%	12%
Manica	6.838,00	6.838,00	4.476,00	65%	6%
Sofala	9.223,00	9.223,00	8.943,00	97%	8%
Inhambane	2.008,00	2.008,00	1.818,00	91%	2%
Gaza	8.452,00	8.452,00	8.198,00	97%	8%
Maputo	8.229,00	8.229,00	7.813,00	95%	8%
Sub Total	108.583,00	108.583,00	93.621,70	86%	100%

Com a excepção das províncias da Zambézia com 21% e de Manica com 65%, são as que tiveram baixa execução. As restantes províncias tiveram boa execução que variou de 81% a 97%.

4.2.3 Orçamento total – Interno e Externo

Comparando os orçamentos de 2011 e 2012, nota-se que os fundos internos aumentaram em cerca de 22%, enquanto os fundos externos diminuíram em 17%. Presume-se que esta diminuição esteja aliada a crise financeira mundial. O Fundo Comum do PRONASAR sofreu os efeitos

dessa redução quando UNICEF e o Governo do Canada, não desembolsaram seus fundos e este último optou por retirar-se da iniciativa, alegando problemas de crise financeira mundial.

Como se pode notar da tabela 6, o peso da contribuição dos fundos externos tem-se situado entre 85 – 90% de todos investimentos do Sector de Águas, desde a década de 1990. Aliás, cerca de 88% dos fundos inscritos no Orçamento do Estado *On-Budget*, também são proveniente de financiamento externo e apenas 12% são alocados a partir do financiamento interno. Comparativamente ao exercício 2011, o peso do financiamento interno era de 8%, enquanto o do financiamento externo era de 92%. Esta tendência de crescimento dos fundos internos alocados ao sector de águas é uma demonstração do esforço do Governo, de que este sector faz parte dos sectores prioritários, mas os desafios para inverter a situação dos investimentos são enormes.

Os fundos internos tiveram uma execução de 93%, enquanto os fundos externos 83%. A execução dos fundos externos é feita em termos aproximados, pois ainda persistem dificuldades na captura da informação dos fundos externos *On-Budget, off-CUT*.

4.3 Mecanismo de acompanhamento da execução física e financeira dos grandes projectos

Pese embora alguns parceiros, incluam nos Planos Económicos e Sociais bem como no Plano de Implementação Anual as suas actividades e reportar periodicamente a execução física, continua a ser difícil o acompanhamento da execução financeira de projectos *On-Budget, Off-CUT*.

Por outro lado, continuam a existir dificuldades em captar os investimentos que são realizados com projectos *Off-Budget* e *Off-CUT*, de modo a sistematizar-se os investimentos do Sector.

Continuou a constata-se ainda, que a maioria parceiros não canalizam regularmente a informação financeira a DNA, para posterior envio ao MF/Direcção Nacional da Contabilidade Pública, para incorporação no Balancete, esta informação é usada para a elaboração do Relatório da Execução Orçamental e da Conta Geral do Estado.

4.4 Orçamento de investimento e comparação com o REO do Ministério das Finanças

Com vista a eliminar as divergências da informação financeira do Sector com a do REO, foi feita a harmonização tendo sido eliminadas divergências que foram encontradas na altura, tais como: i) retirada de alguns projectos que não fazem parte do sector de águas, ii) actualização da execução financeira dos fundos *On-Budget, off-CUT*.

Contudo, foi esclarecido que devidos a pagamentos que ainda estão sendo efectuados referentes ao exercício económico de 2012, eventualmente os dados ora harmonizados poderão sofrer alterações, o que poderá ocasionar algumas divergências. Dado que o REO ainda não está disponível não é possível efectuar a comparação da informação.

Descrição	Dotação inicial	Dotação Actual	Execução	%Execução	Peso
Fundos Internos	730.789,31	868.731,50	809.497,00	93%	12%
Fundos Externos	6.783.585,04	6.681.779,11	5.573.629,17	83%	88%
Total	7.514.374,35	7.550.510,61	6.383.126,17	85%	100%

4.5 Dívida do Sector

Em relação à dívida do Sector, o Governo tem envidado esforços no sentido de diminuir a Dívida.

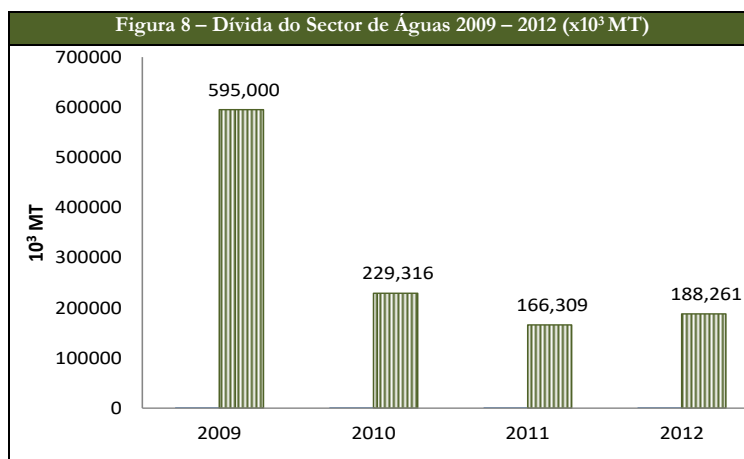
É de referir a liquidação na totalidade da dívida acumulada da área de Saneamento relacionado com Saneamento mas concretamente nos projectos de Saneamento do Estádio Nacional e Projectos de Saneamento da Beira onde o Governo alocou um orçamento adicional para o pagamento da dívida existente até a altura, pois as facturas tem sido recebidas a medida que decorrem os trabalhos numa periodicidade quase mensal, daí que a tabela apresenta ainda um saldo de dívida.

Importa referir que, a dívida teria ainda diminuído consideravelmente, pois ainda não foi paga a dívida do Asnani, GPC, ARA Zambeze, pois os processos não foram devidamente tramitados.

O pagamento da dívida também ocorreu no FIPAG e na ARA Sul, instituições que detinham um valor elevado da dívida, tendo sido eliminada na sua totalidade.

A figura 8, mostra os esforços do Governo na amortização da dívida do Sector, nos últimos três anos. Como ficou

dito, as facturas são recebidas quase mensalmente. A aparente subida do valor da dívida, tem a ver com as facturas recebidas posteriormente ao pagamento da dívida.



4.6 Orçamento de 2013

Ainda com vista a diminuir o valor da dívida, importa referir que para o exercício de 2013, o Estado alocou para o Sector, nos fundos de investimento componente interna para o exercício de 2013 cerca 1.128.134,18 milhares de meticais contra os 868.731,50 milhares de meticais, alocados em 2012, o que corresponde a um acréscimo de 29%.

Em relação aos fundos alocados ao nível Central e das ARAs em 2012, na componente de despesas de investimento, teve uma dotação inicial de 536.503,85 milhares de meticais e para o exercício de 2013 a dotação inicial é de 936.503,85 milhares de meticais, o que corresponde a um acréscimo de 82%, o que evidencia a preocupação do Governo para o sector de águas, como se pode constatar na 7.

Com base na tabela, nota se uma subida galopante do orçamento dos fundos internos alocados a DNA cerca de 344%, a diminuição da ARA Centro cerca de 82%, o aumento do FIPAG e CRA em 33% e 83% respectivamente. Aumento de 25% e 449% para ARA Zambeze e ARA Norte respectivamente. A AIAS e ARA Sul, não tiveram nenhuma variação.

Tabela 7. Comparação do OI de 2013 com 2012 (x10³ MT)

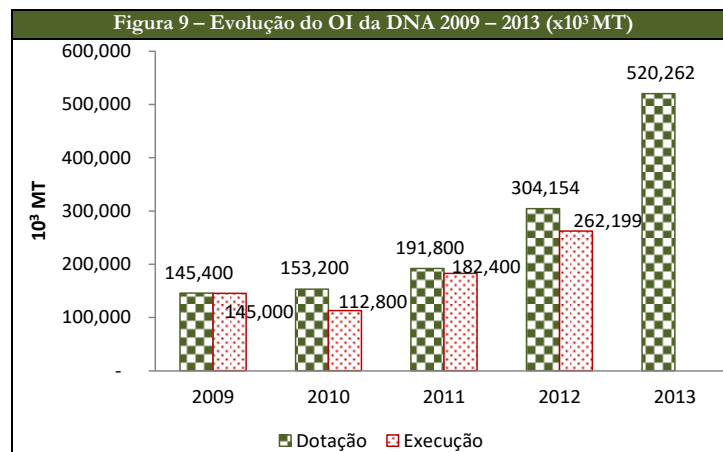
Instituição	Dotação 2013	Dotação 2012	Varição
DNA	520.262,05	117.115,00	344%
FIPAG	100.000,00	75.000,00	33%
CRA	31.165,43	17.000,00	83%
AIAS	150.000,00	150.000,00	0%
ARA Sul	150.000,00	150.000,00	0%
ARA Centro	2.545,45	13.822,58	-82%
ARA Zambeze	6.050,00	4.826,21	25%
ARA Centro Norte	6.800,00	6.918,79	-2%
ARA Norte	10.000,00	1.821,27	449%
Total	976.822,93	536.503,85	

Fonte: Orçamento do Estado 2012 e 2013

4.7 Orçamento de investimento da DNA 2009-2013

O sector de Águas é um dos sectores considerado prioritário pelo Governo, a avaliar pelo esforços de sentido de aumentar sempre os Orçamentos para este sector.

O Orçamento do Sector de águas, ano pós ano, mostra uma tendência de crescimento. De 2009 a 2013 o Orçamento aumentou cerca de 3.4 vezes, ou seja de 2009 a 2013 o orçamento aumentou cerca de 238%, o demonstra que o sector de águas é um dos prioritários para o Governo.



4.6 Assuntos chave e recomendações

4.6.1 Assuntos chave

- O peso da contribuição dos fundos externos tem-se situado entre 85 – 95% de todos investimentos do Sector de Águas, desde a década de 1990. A dotação final para o sector de águas em 2012, foi de cerca de 7.550.510,61 milhares de Metical, dos quais 6.383.126,17 (85%) foram executados. Os fundos internos representaram cerca de 12% enquanto que os externos, 92% da dotação final.
- Observou-se uma diminuição dos fundos externos alocados ao sector de águas de 17% e um aumento dos fundos internos na ordem de 22%. Não existe qualquer causalidade nestes movimentos. Presume-se que a diminuição dos fundos externos esteja aliada a crise financeira mundial, enquanto que a tendência de crescimento dos fundos internos é uma demonstração do esforço do Governo, de que este sector faz parte dos sectores prioritários.
- Foram observadas altas taxas de execução financeira em 2012 (93% dos fundos internos e 83%), resultantes de desembolsos atempados por parte dos parceiros e do governo, melhoria nas estratégias de implementação (procuremet antecipado e contratos de grandes lotes).
- O valor 188.261 milhares de Metical apresentado como o total em dívida, é de facto transitório. A situação actual é duma redução significativa da dívida existente referente ao IVA com os diferentes projectos. Em alguns dos projectos esse pagamento está em processo, daí que o valor em dívida deverá ser ainda menor.
- Continuou a constata-se ainda, que a maioria dos parceiros não canalizam regularmente a informação financeira a DNA, para posterior envio ao MF/Direcção Nacional da Contabilidade Pública, para incorporação no Balancete.

4.6.2 Recomendação

- Os projectos com execução fora da CUT devem melhorar a disponibilização de informação sobre a execução financeira.

5. REVISÃO SECTORIAL CONJUNTA

5.1 Enquadramento no mecanismo nacional de revisão conjunta

O processo de Revisão Sectorial Conjunta enquadra-se nos mecanismos conjuntos de coordenação e diálogo, estabelecidos pelo Governo e Parceiros, sobre políticas prioritárias e decisões estratégicas de uso efectivo da ajuda para a redução da pobreza em particular e o alcance das metas nacionais dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) em geral.

O Governo de Moçambique definiu a redução da pobreza absoluta como uma das grandes prioridades. A estratégia para o alcance deste objectivo é articulada no Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP), o qual reflecte o Plano Quinquenal do Governo.

Um dos objectivos estratégicos advogados no contexto global de parcerias para o desenvolvimento, no quadro dos MDGs, é de tornar a ajuda mais efectiva. Assim, os parceiros internacionais de desenvolvimento apoiam o compromisso do Governo de adoptar e implementar de forma efectiva políticas bem articuladas conducentes à redução da pobreza.

Para o efeito a Parceria para o Apoio Programático (PAP – *Programme Aid Partnership*) foi estabelecido dentro deste contexto. É um mecanismo de coordenação envolvendo 19 parceiros de cooperação que providenciam o Apoio Directo ao Orçamento do Estado. O Governo de Moçambique e os Parceiros de Apoio Programático (PAPs) assinaram em 2004 um Memorando de Entendimento que estabelece os princípios desta parceria e define compromissos para melhorar a qualidade da ajuda programática.

Os 19 Parceiros são: BAD, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Comissão Europeia, Finlândia, França, Alemanha, Holanda, Irlanda, Itália, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido, Banco Mundial e Áustria. Os Estados Unidos da América e as Nações Unidas juntaram-se ao grupo em 2009 como Membros Associados.

Esta parceria é acima de tudo um fórum de diálogo entre o Governo e os Parceiros sobre políticas e decisões estratégicas de uso efectivo da ajuda para a redução da pobreza. Existe um mútuo reconhecimento de que a transferência de recursos financeiros por si só não resulta na melhoria das políticas, governação e capacidade institucional; assistência técnica apropriada e diálogo sobre políticas também são elementos cruciais para que a ajuda possa ser efectiva.

Os processos de monitoria e de diálogo estão operacionalizados no processo de revisão anual, alinhados com o ciclo de planificação, orçamentação e monitoria do Governo. Estes processos apoiam-se nos seguintes documentos de planificação e monitoria:

- **Documento de Planificação:** PARP, PES (e PAF/QAD – Quadro de Avaliação de Desempenho), CFMP, OE, bem como outros documentos/relatórios relevantes.
- **Documentos de Monitoria:** Balanço do PES (semestral e anual), Relatórios sobre a Execução do Orçamento do Estado, relatório sobre a Conta Geral do Estado e relatórios das auditorias anuais (incluindo o Relatório do Tribunal Administrativo sobre a Conta Geral do Estado e relatórios trimestrais sobre o fluxo de fundos), relatório anual sobre avaliação da gestão dos fundos públicos, bem como outros relatórios acordados pelo Governo e Parceiros.

Todas as avaliações de desempenho são levadas a cabo de forma conjunta pelo Governo e Parceiros e não de forma bilateral. Existem duas Revisões Conjuntas GdM-PAP sobre o Apoio Programático:

- Revisão Anual (após a elaboração do Balanço Anual do PES) - focaliza na avaliação conjunta do desempenho que serve de base para compromissos subsequentes.
- Revisão semestral (antes da submissão do PES e OE ao Parlamento) - focaliza no diálogo sobre a planificação, orçamentação e acordo sobre o Quadro de Avaliação do Desempenho (QAD/PAF – *Performance Assessment Framework*).

A revisão conjunta sobre desempenho pode incluir opiniões divergentes mas aceitáveis para todos os signatários. No caso excepcional em que uma visão conjunta não é alcançada, mesmo após as discussões ao mais alto nível, os diferentes pontos de vista podem ser reportados separadamente no relatório da revisão conjunta.

5.2 Estágio de implementação das recomendações de 2012

A situação das recomendações feitas pela RAC 2012 é conforme se apresenta na tabela a seguir.

I. ABASTECIMENTO DE ÁGUA RURAL				
Nº	Recomendação	Ações a implementar	Prazo	Ponto de Situação
1	Operacionalizar as as Equipas Técnicas Provinciais de Planificação, compostas pelo DAS, os SDPI e ONGs, para avaliar de forma rigorosa a operacionalidade das fontes de água rurais.	Apoiar as DPOPH's na realização dos encontros da Equipas Técnicas Provinciais de Planificação de Água e Saneamento.	Dezembro.	Realizados encontros da ETP das Províncias de Inhambane, Gaza, Sofala, Nampula e Niassa. (Planificação do PES 2013 e balanço intermédio de PES 2012).
2	Fazer um estudo detalhado sobre a vida útil efectiva das fontes novas.	<i>Ação a ser incluída no PLA 2013</i>	Novembro.	-
3	Promover a sustentabilidade das fontes de água dispersas.	Reforçar no PEC da cultura de manutenção preventiva das bombas de água	Contínua.	Em curso formações e revitalização dos membros CAS. Contribuições dos membros da comunidade para garantir a manutenção da fonte.
		Elaborar o guião do plano de sustentabilidade.	Junho.	Realizado.
		Implementar o plano de promoção da sustentabilidade nas províncias de Gaza, Maputo, Zambézia e Niassa. Continuar com promoção da sustentabilidade em Cabo Delgado, Nampula, Tete, Manica e Sofala.	Dezembro	Realizadas reuniões distritais de sustentabilidade em Gaza e Maputo e acções preparatórias para as restantes províncias
4	Promover um maior envolvimento dos Chefes de Posto Administrativo na monitoria das actividades de água e saneamento rural.	Realizar acções de treinamento dos Chefes de Postos Administrativos em recolha de informação/dados sobre água e saneamento rural das províncias de Niassa, Nampula, Manica e Gaza.	Dezembro	Realizadas capacitações nas províncias de Gaza, Manica, Nampula e Niassa.
5	Prosseguir com a reflexão sobre a melhor modalidade a seguir no tratamento da questão do pagamento dos furos negativos.	Realizar consulta as Províncias.	Dezembro.	Terminada a fase de consulta às Províncias.
		Elaborar o modelo a ser usado no processo de contratação.		Elaborada versão draft final.
6	Executar o calendário de acções a implementar para melhorar o mapa de caracterização das zonas de risco elaborado no âmbito do Estudo de Base, enquanto não se faz a revisão da carta hidro-geológica.	Sistematizar toda a informação dos grandes projectos.	Contínua – Até a elaboração da carta hidrogeologica.	Realizado.
		Iniciar o re-lançamento d a base de dados para uma melhor caracterização das zonas de risco.		Iniciada a actualização de dados nas províncias de Cabo Delgado, Zambézia e Manica.

I. ABASTECIMENTO DE ÁGUA RURAL				
Nº	Recomendação	Ações a implementar	Prazo	Ponto de Situação
7	Criar pacotes de procurement de fontes dispersas de mais de 1 ano, atractivos para o empresário.	O actual constrangimento de aprovação dos investimentos do PRONASAR FC não permite o lançamento de concursos com duas fases (uma em cada ano), contudo está em preparação Documentos de concurso para contratos multianuais no âmbito do financiamento do BID.	-	Lançados concursos multianuais para as actividades nos projetos co-financiados pelo GoM, BAD e BID nas Províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Gaza.
8	Desenvolver a colaboração da DNA com o Instituto de Investigação em Águas (IIA) para estudarmos as opções tecnológicas.	Elaborar Termos de Referencia.	Dezembro	Realizado.
		Contratar a firma que vai realizar o estudo.		Realizado.
		Realizar o estudo sobre zonas de complexidade hidrogeológica.		Aguardando pela contratação do consultor
9	Prosseguir com o processo de revisão dos actuais padrões de serviço mínimo de abastecimento de água e saneamento rural, iniciado em 2010.	Finalizar a proposta para revisão dos actuais padrões de serviço mínimo e submetê-la a apreciação do Conselho de Ministros.	Maio	Documento apresentado aprovado pelo Conselho de Ministro na sua 33ª sessão ordinária.
II. ABASTECIMENTO DE ÁGUA URBANA				
Nº	Recomendação	Ações a implementar	Prazo	Ponto de Situação
1	Melhorar a circulação da informação sobre o que está a acontecer na Água Urbana.	Definição de modelos de relatórios e periodicidades de divulgação	Maio	Realizado
2	Estabelecer parcerias entre a AIAS e o FIPAG, de modo a que a nova estrutura beneficie da experiência acumulada no financiamento e gestão do património.	Estabelecer Acordos e/ou Contratos de colaboração/cooperação entre FIPAG e AIAS.	Contínua	Em curso actividades conjuntas relativas a: Operação do Sistema de Abastecimento de Água a Ilha de Moçambique; Levantamentos no sistema de AA de Mocuba. Apoio/suporte a operação dos sistemas operados privados.
3	Completar a inventariação do património da AIAS e reconfirmar os dados com as DPOPHs.	Realizar levantamentos e registo da situação actual das infraestruturas de água e saneamento.	Dezembro/2013	Levantamento será realizado em 2013 nas Províncias de Nampula e Cabo Delgado.
4	Transferir para a AIAS a gestão dos sistemas que recaem na sua autoridade.	Transferir todos os sistemas cujas intervenções estão a ser realizadas sob direcção da DNA.	Dezembro	Transferidos os sistemas de : Moamba, Chibuto, Praia de Bilene, Homoine, Nyamayabue, Namaacha, Massinga, Vilankulos, Quissico, Manjacaze, Nametil, Ulongué, Monapo, Moma, Chiure, Bilene Macia, Murrumbene, Inharrime, Jangamo; Panda, e Liupo.
III. SANEAMENTO				
Nº	Recomendação	Ações a implementar	Prazo	Ponto de Situação
1	Estudar como como aproveitar a contribuição da abordagem do SANTOLIC para a subida da cobertura do Saneamento Rural, satisfazendo ao mesmo tempo as normas internacionais.	Elaborar catálogo com as orientações sobre a construção de latrinas tradicionais melhoradas ao nível das comunidades.	Julho	Realizado.
		Publicar e disseminar o catalogo.	Outubro	Em curso a contratação da gráfica.
2	Melhorar a recolha da informação sobre saneamento urbano e peri-urbano, em particular a informação sobre fossas sépticas. Melhorar a coordenação e articulação com os Municípios e o MOPH e reforçar as acções de monitoria.	Elaborar modelos de relatório para recolha de dados sobre saneamento urbano.	Dezembro	Elaborado proposta de modelos de relatórios.

III. SANEAMENTO				
Nº	Recomendação	Ações a implementar	Prazo	Ponto de Situação
3	Desenvolver instrumentos padronizados de recolha de dados. Promover a divulgação e operacionalização dos instrumentos de que o sub-sector já dispõe.	Estabelecer indicadores de desempenho.	Outubro	Elaborada e discutida a proposta de indicadores de desempenho para saneamento urbano.
4	Harmonizar as abordagens e guiar os órgãos de regulação das várias instituições que lidam com o saneamento, tais como o MISAU, MICOA, MOPH, criando uma visão harmonizada sobre o sub-sector de saneamento que ainda não existe.	Promover encontros para definição de estratégias e acompanhamento da sua implementação	Dezembro	Realizados encontros com MISAU, Municípios e DPOPH's .
		Estabelecer uma instituição responsável pela coordenação das actividades de saneamento	-	<i>Depende do plano de acção que resultar do Plano Estratégico Institucional da DNA.</i>
IV. RECURSOS HÍDRICOS				
Nº	Recomendação	Ações a implementar	Prazo	Ponto de Situação
1	Coordenar a Orientação Estratégica para a Promoção e Construção de Pequenas Barragens e Reservatórios Escavados com outras entidades que têm este assunto no seu programa (INGC, MINAG).	Divulgar o Regulamento sobre Pequenas Barragens.	Contínua	Em curso a divulgação do regulamento, através das ARA's
		Coordenar com o MINAG e INGC para a elaboração da estratégia de promoção de pequenas barragens e reservatórios escavados.		Em elaboração Termos de Referência para o concurso Estratégia Integrada das PB&RE
2	Fazer um inventário de PB&RE, usando pessoal da DNA ou estabelecendo parcerias que o integrem na equipa de consultoria.	Inventariar as PB e RE em cada uma das bacias hidrográficas.	2014	Realizado na Zona Sul, Bacia de Pungue e em curso na Bacia de Buzi
3	Rever a tarifa de água bruta, considerando as especificidades de cada região. Alargar a aplicação de taxas de água especiais a consumidores de alta renda, assegurando a sustentabilidade financeira das ARAs através de subsídios cruzados.	Definir taxas de água bruta regularizada e não regularizada	Dezembro	Elaborado relatório preliminar.
4	Progredir na elaboração de planos de bacia a nível nacional. Considerar o uso da capacidade técnica interna do sector.	Elaborar Planos de Bacias Hidrográficas dos rios Zambeze e Lúrio .	Dezembro/2014	Mobilizados fundos.
				Elaborados Termos de Referência.
				Iniciado processo de contratação, conclusão prevista para IIIº trimestre/2013.
V. PLANIFICAÇÃO, MONITORIA E AVALIAÇÃO				
Nº	Recomendação	Ações a implementar	Prazo	Ponto de Situação
1	Apresentar uma proposta final de indicadores dourados a adoptar na água e saneamento rural, água e saneamento urbano e recursos hídricos, pelos três grupos de trabalho criados na RAC 2012. Seguir-se-á uma reunião nacional para validar os indicadores	Finalizar a proposta de indicadores.	Maio	Realizado. Proposta discutida a aprovada na Iª Reunião nacional sobre a Base de Dados de AASU, realizad em Novembro.
VI. ORÇAMENTAÇÃO E EXECUÇÃO FINANCEIRA				
Nº	Recomendação	Ações a implementar	Prazo	Ponto de Situação
1	Reconciliar com o Ministério das Finanças antes da publicação do REO.	Elaborar o relatório financeiro do sector de Águas nas quatro semanas seguintes ao fim do ano fiscal, para a DNA ter tempo de o reconciliar com o REO.	Fevereiro/13	Realizado.
2	Fazer a advocacia para que o orçamento distrital para investimento em infra-estruturas	Orientar os Distritos para que paralelamente a inscrição de actividades façam também a inscrição dos respectivos orçamento.	Contínua	Realizado. <i>Feitos ofícios aos Governadores Provinciais.</i>

VI. ORÇAMENTAÇÃO E EXECUÇÃO FINANCEIRA				
Nº	Recomendação	Acções a implementar	Prazo	Ponto de Situação
	seja (parcialmente) aplicado na manutenção do nível de cobertura da água e saneamento rural (que é da responsabilidade dos distritos).			
3	Encontrar soluções estruturadas e contínuas para resolver o problema da dívida da DNA.	Negociar com as finanças o aumento dos valores e comparticipação do Governo nos projectos/programas com financiamento externo.		Reforçado o OE 2012. Solicitado deferimento do IVA e outros impostos.
4	Desenvolver preços unitários tipificados em todas as categorias de despesa, para facilitar a análise da relação entre execução financeira e balanço do PES.	Recolher dados sobre os contratos executados na área de águas, principalmente água e saneamento rural.	Contínua.	Em curso.
VII. REFORMA INSTITUCIONAL				
Nº	Recomendação	Acções a implementar	Prazo	Ponto de Situação
1	Dotar a DNA de um plano estratégico institucional que fortaleça as suas funções e vocação, num processo transparente e participativo.	Preparar os Termos de Referencia.	Dezembro	Realizado.
		Mobilizar o financiamento	Dezembro	Realizado.
		Contratar a empresa	Dezembro	Avaliadas as Manifestações de Interesse.

Anexos

Anexo 1 – Nível de cumprimento das acções previstas no PQG 2010 – 2014			
Componente	Ação Prioritária	Progresso	Justificação
Provisão e acesso de água potável a nível rural e vilas	✚ Reabilitar e construir 10 Mil fontes Dispersas.		Até a presente data foram construídas e reabilitadas 7.623 fontes, cerca de 76% do plano.
	✚ Continuar a reabilitação e manutenção de sistemas de abastecimento de Água as vilas com particular incidência para o planalto de Mueda, Mabote, Massangena, Guro e Chigubo.		Reabilitados 103 sistemas de nível I e II; realizadas obras em 13 sistemas dos Distritos acima mencionados com excepção do Distrito de Massangena.
Abastecimento de Água Urbana	✚ Aumentar o número de ligações domiciliárias em 92 Mil e o de fontanários em 1.300.		Foram já estabelecidas 199.468 ligações domiciliárias e construídos/reabilitados 431 fontanários. A redução do número de fontanários deve-se ao crescente interesse pelas ligações domiciliárias derivada pela redução no custo da ligação, medida em implementação desde 2011.
	✚ Continuar a reabilitação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água existentes.		Feitas intervenções em 43 sistemas das cidades e vilas..
Saneamento Rural	✚ Disseminar opções tecnológicas de saneamento.		Realizadas acções de capacitação e formação de formadores em todas as Províncias.
Saneamento Urbano	✚ Expandir as infra-estruturas de saneamento através da construção de redes de drenagem, esgotos e estações de tratamento de águas residuais em Quelimane, Nacala, Maputo, Pemba, Cuamba, Nampula, Mocuba, Gurué e Beira.		Obras serão realizadas nas cidades de Beira – Obras da fase I já concluídas, Quelimane e Nampula. Na Cidade de Maputo será finalizado o projecto executivo da construção sistemas de drenagem, as construções das valas de drenagem do estádio nacional do Zimpeto a construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais do estádio nacional do Zimpeto. Em relação as restantes cidades não será feita nenhuma intervenção por falta de financiamentos.
Infra-estruturas/Gestao de recursos hidricos	✚ Construir as barragens de Nhacangara, Metuchira, Gorongosa, Açude de Ressano Garcia e instalar comportas na barragem de Corrumana.		Apenas serão montadas as comportas na barragem de Corrumana. Em relação as restantes barragens serão elaborados projectos executivos e estudos de Avaliação de Impacto Ambiental.
	✚ Promover o uso de sistemas de captação e armazenamento da água de chuva, com destaque para as zonas áridas e semi-áridas, em 5.000 unidades		Construídos em todo o país 27.768 sistemas de captação da água da chuva.
	✚ Promover a construção da barragem de Moamba Major.		Foi concluída a brochura do projecto e até ao final do quinquénio terão sido concluídos: <ul style="list-style-type: none"> • Plano director do projecto; • O estudo de avaliação do impacto ambiental e social; • O projecto executivo; • A mobilização de financiamento para as obras.
	✚ Reabilitar a barragem de Nacala.		As obras de reabilitação da barragem serão concluídas no ano de 2013.
	✚ Promover a construção e reabilitação de pequenas barragens, represas e reservatórios escavados.		Construídas/reabilitadas 23 represas e pequenas barragens, construídos 6 reservatórios escavados que no conjunto incrementaram a capacidade de armazenamento em 1.452.000 m ³ .

Anexo 2 - Indicadores Dourados para o Abastecimento de Água e Saneamento Rural 2012														
Indicador	Definição	Resultados										Metas		
		05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15		
Tempo para Buscar água	% de agregados familiares que gastam menos de 30 minutos a ir buscar água para beber.				52,7	85,9				32			90	
Acesso	% da população rural com acesso a abastecimento de água melhorada dentro de 500 metros.	42,1	43,2	48,5	51,8	55,4	59,6	64,2	57,8				70	
Uso	% da população rural que usa fontes melhoradas*.	24,8	26,5	28,3	30	33,6	37,2	40,8	45,4				63	
	% da pop. que usa instalações sanitárias melhoradas*.	4,5	5,0	5,5	6,0	7,5	9,0	10,5	12				67	
Operacionalidade	% de fontes de água em funcionamento.	71,9	72,4	74,9	79,3	83,2	88,5	90,2	80				95	
Infra-estruturas construídas e reabilitadas	Nº de fontes de água novas e reabilitadas/ano.	1.207	1.563	2.442	2.604	2.135	2.433	2.665	2.378				3.681	
	Nº de PSAA novos e reabilitados por ano.	8	6	38	6	4	52	41	35					
	Nº de escolas com novas fontes de água e instalações sanitárias por ano.					507	316	6						
	Nº de latrinas melhoradas construídas por ano.					16.406	34.083	26.440	21.467					
	Nº de latrinas tradicionais construídas por ano.						175.299	134.415	99.521					
	Nº de latrinas tradicionais melhoradas construídas por ano.						69.195	92.311	48.436					
	Nº de aldeias livres de feccalismo a céu aberto certificadas por ano.				38	151	280	392	419					
Sustentabilidade	Nº de distritos com fornecimento de peças sobressalentes à venda com assistência às comunidades por ano.						18	26	31					
Investimento	Fundos disponíveis para alcançar as metas dos ODMs com estruturas de apoio <i>in loco</i> a funcionar (<i>em Milhões de Mts</i>).						330,3	445,5	573,2					
	Rácio da redução das actividades do AASR fora do plano/fora do orçamento no PESOD.	-	1.1	1.3	1.7	-	1.4	0.6						
	% dos fluxos de ajuda ao subsector do AASR reportados no relatório da execução orçamental.													
	% da ajuda ao subsector do AASR que usa os sistemas do <i>procurement</i> público.						31							
Género	% de comités de água com mulheres em posição de chefia.								45					
Equidade	% de agregados familiares e áreas pobres com acesso à água e ao saneamento.				13			37,5						
	% de fontes de água mantidas e reparadas pelas comunidades com as normas e os regulamentos para a gestão pro-pobre.													

Anexo 3 - Indicadores Dourados para o Abastecimento de Água e Saneamento Urbano 2012												
Indicador	Definição	Resultados								Metas		
		05	06	07	08	09	10	11	12	13	15	
Incidência doenças de origem hídrica.	Número de casos de doenças diarreicas reportadas num determinado período											
Uso de fontes de água.	% de pessoas que consomem habitualmente água de fontes seguras (água canalizada)	66	67.3	68.7	70	71	72	73	77		70	
Usos de serviços de saneamento.	% de pessoas que usam habitualmente infra-estruturas de saneamento segura (latrina melhorada, retrete ligada a fossa séptica ou a rede de esgotos).	34	38.3	42.7	47	-	38	-	38		60	
Infra-estruturas construídas e reabilitadas	Número de ligações domiciliárias existentes e activas no Sistema de Abastecimento de Água.	-	132.712	138.840	187.119	218.316	262.567	316.512	382.924			
	Número de fontanários existentes e activos no Sistema de Abastecimento de Água.	-	881	1.338	1.722	2.040	2.585	2.548	2.413			
	Nº de instalações de latrina melhoradas construídas.	-	-	-	-	6.793	3.373	11.902	15.340	5.000		
	Nº de fossas sépticas construídas num determinado período.							290	1.920			
	Número de latrinas escolares construídas num determinado período.							351		392		
	Número de latrinas sanitários públicos construídos num determinado período.											
	Nº de ligações a rede de esgotos estabelecidas num determinado período de tempo.						1.368	1.784	1.800			
	Poços e furos equipados com bombas manuais construídos e reabilitados											
	Número de fontanários construídos durante um certo período.	146	184	271	191	380	214	93	112	287		
	Número de fontanários reabilitados durante um certo período.								112			
Nº de ligações para dentro da casa ou no quintal estabelecidas durante um certo período.	10.181	11.300	12.660	13.307	35.144	38.115	82.188	97.165	42.928			
Eficiência	Perdas de águas físicas - % de água tratada e distribuída.	<55	50	45	40	35	31	32	31	31		
	Perdas de águas comerciais (ou água não contabilizada) - Água que se perde entre a captação/tratamento e a distribuição											
	Continuidade do fornecimento de água - Tempo médio de fornecimento de água aos consumidores	<19	17	18	19	18	20	22	21	23		
Qualidade da água	Tratamento de lamas fecais - % de lamas fecais tratadas.											
	% das amostras dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Regulamento sobre a Qualidade de Água para Consumo Humano.											

Anexo 4 - Indicadores Dourados para a Gestão dos Recursos Hídricos 2012												
Indicador	Definição	Resultados								Metas		
		05	06	07	08	09	10	11	12	13	15	
População afectada por eventos extremos	Número de pessoas afectadas pelas cheias e secas num determinado período			800.000				50.000			-	-
Nível de armazenamento	Quantidade de água armazenada num dado período versus a capacidade instalada.											
Estações hidroclimatológicas construídas e rehabilitadas	Número de estações hidroclimatológicas construídas e rehabilitadas por ano.	32	37	62	75	54	42	80	50			666
Infra-estruturas de retenção construídas e rehabilitadas	Número de barragens grandes em construção e concluídas por ano											
	Número de barragens médias construídas por ano											
	Número de barragens pequenas construídas e rehabilitadas por ano.											
	Número de represas construídas e rehabilitadas por ano.					3	5	3	12			

Anexo 5 - Acções realizadas no âmbito do SINAS em 2012	
Província	Acções Realizadas
C. Delgado	Digitalizadas 1.480 fontes nos Distritos de Nangade (73), Palma (190), M.Praia (244), Metuge (150), Mécufi (102), Chiúre (334), Montepuez (336), Muidumbe (55).
Niassa	Revitalizado a base de dados informático com a compilação de dados de 191 fontes. Realizada capacitação de 102 Chefes de Localidades, reciclagem de 74 Chefes de Postos Administrativos no uso de instrumentos de recolha de dados/informações sobre água e saneamento. Realizado o seminário de capacitação sobre a base dados onde participaram 15 técnicos do SDPIs e de 4 do DAS/DPOPH de Niassa.
Nampula	Realizada capacitação de 92 Chefes de Localidades, reciclagem de 67 Chefes de Postos Administrativos no uso de instrumentos de recolha de dados/informações sobre água e saneamento. Realizado o seminário de capacitação sobre a base dados onde participaram 36 técnicos do SDPIs e de 4 do DAS/DPOPH de Nampula. Introduzidos dados de 300 fontes construídas no ano de 2011.
Zambézia	Introduzidos dados de 111 furos na Base de Dados.
Manica	Digitalizadas 420 fontes (furos e poços), correspondente aos Distritos Gondola, Mossurize, Macossa, Manica, Barue e Guro. Actualizadas 6 Bases de Dados digitais nas sedes distritais. Realizada capacitação de 55 Chefes de Localidades, reciclagem de 20 Chefes de Postos Administrativos no uso de instrumentos de recolha de dados/informações sobre água e saneamento. Realizado o seminário de capacitação sobre a base dados onde participaram 10 técnicos do SDPIs e de 7 do DAS/DPOPH de Manica.
Tete	Monitorados bases de dados digitais nas sedes distritais e manuais em todos os Postos Administrativos e Localidades, nos Distritos de Angónia, Tsangano, Chifunde, Marávia, Changara e Zumbo. Codificadas 60 fontes construídas no presente ano, com forma de facilitar a sua localização e controlo.
Sofala	Compilação 320 fontes para a Base de Dados, fontes construídas entre 2007 a 2012.
Inhambane	Visita e recolha de informação aos mecânicos locais nos Distritos de Zavala e Inharrime para avaliação das capacidades para a reparação das bombas manuais no âmbito do PASARI. Introduzido na base de dados a informação de 26 fontes construídas em 2012.
Gaza	Criadas Bases de Dados em 25 Postos Administrativos dos Distritos de Mabalane, Chicualacuala, Chigubo, Chokwé, Mandlakazi. Realizada capacitação de 119 Chefes de Localidades, reciclagem de 38 Chefes de Postos Administrativos no uso de instrumentos de recolha de dados/informações sobre água e saneamento.
Maputo	Criadas 51 Bases de dados Manual nos Postos Administrativos e Localidades e 3 digitais nas sedes distritais de Namaacha, Matutuine e Magude.